



santa maria da feira

EDITAL

Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira:-----

Torna público que, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, a ata da reunião extraordinária desta Câmara Municipal de 1 de abril de 2019, aprovada na reunião ordinária de 15 de abril de 2019. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 16 de abril de 2019. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(EMÍDIO FERREIRA DOS SANTOS SOUSA)



Ata n.º 43 – No dia 1 de abril de 2019, na cidade de Santa Maria da Feira, nos Paços do Município e Sala Anexa à Presidência, reuniu extraordinariamente, às 14 horas e 30 minutos, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e com a presença dos Srs. Vereadores Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, António Milton Topa Gomes, Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira e Bruno Miguel de Sousa Mota. -----

Faltou a Sra. Vereadora Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, por se encontrar em representação do Município, cuja falta a Câmara considerou justificada. -----

Secretariou a reunião a Chefe do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Maria Isabel Soares Campos e Sousa, designada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 16 de outubro de 2017.-----

ORDEM DO DIA-----

1 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2018-----

2 – Revisão Orçamental-----

- **1.ª Revisão ao Orçamento da Receita**-----

- **1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa**-----

- **1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI**-----

- **1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal – PAM**-----

3 – Alteração ao Mapa de Pessoal 2019-----



4 – Relatório e Contas 2018 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.

A reunião foi declarada aberta pelo Sr. Presidente. -----

ORDEM DO DIA-----

1 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2018-----

O Sr. Presidente apresentou à Câmara o assunto em epígrafe, a que se refere a informação da Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dra. Sónia Azevedo, datada de 25 de março de 2019, do seguinte teor:-----

“Dando cumprimento ao determinado no artigo 76.º, da Lei número 73/2013, de 3 de setembro, em conjugação com o disposto nos artigos 25.º, número 2, alínea l) e 33.º, número 1, alínea i), ambos da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, apresentam-se ao Órgão Executivo para aprovação, os documentos de prestação de contas da Autarquia relativos ao ano de 2018, nos termos do número 2 das Considerações Técnicas, anexas ao POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei número 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas. -----

Nas demonstrações financeiras encontram-se devidamente evidenciadas as verbas arrecadadas, as despesas realizadas e o resultado que transitou. -----

Os documentos de prestação de contas elencados no anexo I, da Resolução número 4/2001, segunda secção do Tribunal de Contas foram todos elaborados e constam do relatório em anexo, encontrando-



se devidamente arquivados e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

Assim, coloca-se à consideração superior a aprovação dos documentos de prestação de contas e subseqüentemente os submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º, número 2, alínea l), da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 76.º, número 1 da Lei número 73/2013, de 3 de setembro, e se remeta as contas, do Município ao Tribunal de Contas, nos termos da Resolução número 44/2015 – 2.ª Secção.”-----

Instrui a informação supratranscrita a proposta da vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, Helena Portela, da mesma data, do seguinte teor:-----

“Concordo com o teor da informação técnica supra, a qual passa a fazer parte integrante do presente despacho.-----

Por conseguinte, proponho que a Câmara aprove os documentos de prestação de contas e os submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

À Câmara para deliberar.”-----

Acompanham a informação e a proposta supratranscritas os documentos de Prestação de Contas do ano de 2018 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

A vereadora Helena Portela fez a distribuição a todos os membros da Câmara de uma errata, a qual passa a integrar o respetivo dossiê.-----

O Sr. Presidente, fazendo a apresentação dos documentos em epígrafe, disse estar na altura de fazer a avaliação daquilo que foi executado em



2018, pelo que lhe cabia fazer um histórico do desempenho do atual Executivo.-----

Referiu que se está a atingir as grandes metas que foram fixadas há 6 anos, nomeadamente em termos da taxa de desemprego no Concelho, fazendo sobressair que essa taxa já é inferior a 5%, que estará entre os 4 e os 4,5% quando, há 6 anos, era de 15%, salientando que, nessa altura, o grande desiderato foi precisamente o de, no âmbito do desenvolvimento económico e emprego, tomar um conjunto de medidas para se conseguir ultrapassar esse momento crítico da economia portuguesa e concelhia. -----

Realçou que, sendo Santa Maria da Feira um território fortemente industrializado e exportador, as crises internacionais têm sobre ele um impacto muito significativo, comentando que a crise financeira de 2008 a 2011, com o conseqüente impacto que teve em Portugal, que levou à chamada da Troika para apoiar o País, teve também resultados muito evidentes nas famílias feirenses, designadamente com essa taxa de desemprego de 15%, levando a que mais de 10.000 pessoas estivessem, nessa altura, desempregadas. -----

Disse que, hoje, felizmente, este problema está relativamente minimizado, que se caminha para uma situação, a muito curto prazo, de pleno emprego, explicando que, em termos técnicos, uma taxa de desemprego de 3 ou 4% é considerado pleno emprego, comentando ser importante que as pessoas percebam que a situação de pleno emprego não é uma taxa de desemprego de 0%. -----

Referiu que o bom desempenho das empresas e dos trabalhadores do Concelho conduziu a uma nova ambição, a da atratividade do território



ser, cada vez mais, pelas suas competências, comentando que o território está cada vez mais internacionalizado e que o novo desígnio, que já não é propriamente novo porque já vem de alguns anos, é o da internacionalização do Concelho nas suas múltiplas vertentes. -----

Salientou que, em 2018, dando corpo a esse desígnio, no âmbito do projeto Bizfeira, que designa todo o conjunto de medidas associadas ao desenvolvimento económico e emprego, trabalhou-se muito a internacionalização e a ligação às Câmaras de Comércio e Indústria de Genebra, na Suíça, e de Gotemburgo, na Suécia, acrescentando qua a deslocação que fez à Casa da Vila da Feira, no Rio de Janeiro, foi aproveitada para a promoção internacional do território no Brasil. -----

O Sr. Presidente prosseguiu aludindo ao Fórum Bizfeira, realizado no Europarque em outubro de 2018, deu nota que o país convidado foi os Estados Unidos da América e que estiveram presentes 15 Câmaras de Comércio internacionais, com uma forte presença de delegações da Suécia, da Suíça, do Japão e do Brasil, para além dos Estados Unidos da América. -----

Frisou que o processo de internacionalização do Concelho está cada vez mais forte, destacando ser precisamente esse o caminho que antevê para a economia concelhia e para os múltiplos serviços que tem, seja na indústria, na cultura ou na educação, sublinhando que a palavra internacionalização tem sido uma presença permanente. -----

Relativamente ao desempenho financeiro, disse que, apesar do mesmo já não ser notícia, considera ser relevante falar nele, ressaltando que o próprio Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, feito por alguns professores da Universidade de Braga, colocou Santa Maria da



Feira no 1.º lugar em vários indicadores, sendo um dos municípios com melhor desempenho financeiro. -----

Referiu que os indicadores principais do desempenho do Município são o prazo médio de pagamento, que é de 13 dias, a diminuição da dívida global em cerca de 5,5 milhões de euros, bem como o facto de não ter pagamentos em atraso e de ter uma elevadíssima capacidade de endividamento. Salientou, quanto à dívida global do Município, que a mesma é de cerca de 20 milhões de euros quando, há 6 anos, estava na casa dos 60 milhões de euros, acrescentando que a Câmara, aproveitando o bom desempenho financeiro do Município, deliberou, em 2018, baixar a taxa do IMI. -----

Frisou que, no que diz respeito ao desenvolvimento económico e à gestão financeira, diria que Santa Maria da Feira, culminando todo um trabalho que vem desde há 5 anos, teve um excelente desempenho em 2018. -----

Sobre a área social, o Sr. Presidente disse que, em 2018, foi apresentado o Plano de Desenvolvimento Social de Santa Maria da Feira 2018-2021, dizendo tratar-se do instrumento estratégico da rede social concelhia, que define os principais caminhos e respostas sociais inovadoras, o qual conta sempre com o envolvimento da sociedade civil. Frisou que esse envolvimento é uma marca de Santa Maria da Feira, seja na área social, empresarial ou cultural, comentando que a Câmara procura sempre dinamizar a sociedade civil através do seu envolvimento nas múltiplas atividades que são realizadas. -----

Salientou que uma ferramenta extraordinária de trabalho são os 21 Fóruns Sociais de Freguesia, dizendo tratarem-se de espaços de atenção



aos problemas sociais de cada uma das terras, das suas especificidades, dinamizados pelos presidentes de junta e pelos técnicos da Câmara, os quais procuram envolver toda a comunidade das respetivas freguesias. Destacou que esses Fóruns, cada um com as suas especificidades e necessidades, têm obtido muito bons resultados e têm feito um trabalho notável na coesão social do Concelho. -----

Prosseguindo a sua intervenção, o Sr. Presidente disse estarem espelhadas, nos relatórios setoriais, as múltiplas atividades promovidas pela Câmara na área social, com um especial enfoque na Terceira Idade, na solidão, na atividade física, na promoção de vários eventos para manter a qualidade de vida dessas pessoas em especial, bem como em outras áreas, como os casos de violência doméstica, reafirmando que a Câmara tem tido esta atenção e vai manter todas estas atividades. -----

Referiu que, ainda na área social, a Câmara realizou, em 2018, um trabalho muito especial no que diz respeito às migrações, ressaltando que a rápida caminhada do Concelho para uma situação de pleno emprego levou a Câmara a antecipar que poderão haver algumas áreas de atividade para as quais o Concelho não terá pessoas disponíveis para trabalhar, pelo que já está a trabalhar, de uma forma muito atenta, a promoção do território não somente quanto à atração do investimento, mas também na apresentação internacional do território como um espaço bom para se viver, trabalhar e estudar. -----

Disse que a Câmara fez esse trabalho com muito cuidado em relação aos imigrantes provenientes da Venezuela, devido ao grande êxodo verificado em consequência da situação que aquele país atravessa, acrescentando que, para além desse fator, a promoção do território que



foi feito no Brasil resultou num incremento muito significativo em termos de atendimento a cidadãos imigrantes, verificado pelo Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes e pelo Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, que levou a que fosse preciso abrir, em 2018, um novo espaço para esse efeito. -----

Em relação ao setor da educação, disse que, dando corpo ao objetivo estratégico do território ser cada vez mais competitivo pelas competências, e não apenas pela existência de mão de obra disponível para trabalhar por baixos salários, continuou a ser feito um trabalho que já vem de trás e cujos resultados espera que apareçam a médio prazo, que é precisamente a atenção muito especial à linguagem de programação que está a ser ensinada a alunos do 1.º Ciclo. -----

Fez notar que também arrancou, na Escola Secundária da Feira, em outubro de 2018, em parceria com a AETICE – Associação das Empresas de Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica e com o ISEP – Instituto Superior de Engenharia do Porto, a formação na área de programação informática, com duas turmas, totalizando 40 formandos, acrescentando que vão arrancar mais duas turmas no final do corrente ano, com o objetivo de dar resposta à necessidade de profissionais na área da programação informática. Frisou que esse é um setor em grande crescimento e desenvolvimento, dando nota que o desejo é ter, no Concelho, mão de obra disponível para ter capacidade de atrair empresas do setor, reafirmando que, no futuro, será uma das áreas de melhor empregabilidade e melhor remunerada. -----

Referiu que esse trabalho está a ser feito nos diferentes setores, salientando que, para além dos alunos do 1.º ciclo, já se alargou a



alguns licenciados, comentando que alguns dos alunos que estão a fazer estas formações na área da programação informática têm formação em áreas com pouca empregabilidade no mercado de trabalho, pelo que estão a fazer uma reconversão profissional para esta nova área de atividade. -----

Disse que, em termos de obra física, tem havido, ao longo dos anos, fortíssimos investimentos que permitem ao Concelho ter um parque escolar muito razoável, realçando que o Centro Escolar de Fornos deverá ficar concluído nas próximas semanas e que espera que já venha a funcionar nas novas instalações o próximo ano letivo. -----

Fez notar que também arrancou a reabilitação da Escola Secundária Coelho e Castro, de Fiães, com um investimento muito significativo, comentando que têm surgido alguns problemas devido às obras estarem a decorrer em simultâneo com as aulas, mas que têm sido bem ultrapassados pela equipa técnica que se encontra a acompanhar as obras.-----

Disse faltar fazer o Centro Escolar de Santa Maria da Feira, recordando que no final de 2018 conseguiu-se, finalmente, desbloquear a questão das instalações da antiga Escola Fernando Pessoa, informando que o projeto de execução está a ser revisto para ver se é possível lançar, ainda em 2019, o concurso público para a execução das obras desse centro escolar. -----

O Sr. Presidente continuou a sua explanação aludindo à área do desporto, salientando serem muitas as atividades desenvolvidas ao longo do ano, na casa das centenas, destacando o projeto "Runforfeira" pelo impacto que tem na vida das pessoas, o qual mobilizou mais de 45



mil participantes. Fez também alusão às atividades de BTT, às provas de cicloturismo, reafirmando serem variadíssimas as atividades realizadas ao longo de todo o ano, em todas as freguesias, com uma mobilização muito forte das pessoas para a prática desportiva e para a prática de vida saudável, fazendo sobressair que a Câmara quer, cada vez mais, implementar esse género de atividades. -----

Em termos de obra física na área desportiva, realçou a conclusão do Pavilhão de Mozelos, dizendo que o mesmo irá abrir e ficar ao serviço da população muito em breve. -----

No respeitante às obras municipais, destacou a conclusão das primeiras 6 fases de pavimentações de arruamentos do Concelho, dizendo que era um desígnio que vinha do anterior mandato, bem como o lançamento da 7.ª fase, com cerca de 60 quilómetros de pavimentações, dizendo que essa empreitada já está adjudicada e que pensa que será possível, dentro do próximo mês, as obras se iniciarem no terreno. -----

Fez notar que estão vários projetos em curso, como a requalificação da zona central de Fiães e a construção do novo Arquivo Municipal, informando, quanto a este, que se encontra na fase final de adjudicação e que se trata de uma obra que custará 3 milhões de euros, a que acresce o IVA, pelo que se aproximará dos 4 milhões de euros. Referiu ainda as obras de reabilitação de vários empreendimentos de habitação social, dizendo que a Câmara perspetiva reabilitar nove, que já se iniciaram as obras em dois deles e que estão prestes a arrancar em outros cinco. -----

No que diz respeito à reabilitação urbana, disse estar em fase de conclusão a requalificação urbana da zona central de Lourosa, aludindo



ainda às obras de requalificação da Rua Armando Pinto Assunção, em Fornos, da Rua da Igreja, em São Paio de Oleiros, da EM 520, em Argoncilhe, dizendo que esta é uma obra feita em parceria com a Câmara de Vila Nova de Gaia.-----

Disse também ter sido concluída, em 2018, a requalificação da Quinta do Castelo, com a exceção das plantações que estão em curso, afirmando que a envolvente do Castelo está extremamente bonita e agradável e é mais um espaço de excelência no centro da Cidade.-----

Salientou que, também em 2018, procedeu-se à redelimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e à apresentação desse trabalho à população, fazendo notar que, durante 3 anos, as pessoas que têm edificações dentro das ARU podem usufruir de um conjunto de benefícios fiscais que podem levar a poupanças na casa dos 20 a 25% no custo final das obras de reabilitação.-----

Quanto ao setor cultural e ao turismo, referiu que, em 2018, Santa Maria da Feira foi designada V Capital da Cultura do Eixo Atlântico, destacando que o mesmo foi um êxito e que foram 52 dias em que se realizaram 51 eventos específicos, com foco na cultura urbana e na programação para jovens. Salientou que, incluindo os 3 grandes eventos ocorridos no território, designadamente o Imaginarius, a Viagem Medieval e o Perlím, houve um total de 838 mil pessoas que assistiram às atividades de programação da V Capital da Cultura do Eixo Atlântico.-----

Disse que, em 2018, iniciou-se um conjunto de atividades descentralizadoras, ressaltando que, muitas vezes, há a crítica de que tais atividades são muito concentradas na sede do Concelho, pelo que a



Câmara tem vindo a procurar levar às freguesias algumas atividades culturais, tendo dado início ao programa “Artes em Itinerância”. -----
Destacou o reconhecimento internacional que o Imaginarius teve ao receber o prémio no German Design Award Winner, na cerimónia que decorreu em Frankfurt, na Alemanha. -----
Salientou que, na área do turismo, foram antecipados os números que estavam previstos, tendo havido um acréscimo de dormidas de 7,7% bem como um acréscimo de 7,6% no número de visitantes, num total de 283.140 visitantes dos vários equipamentos culturais e turísticos do Concelho. -----
Quanto à atividade da Biblioteca Municipal, recordou que foi alargado o horário da mesma, o qual passou a incluir os domingos de manhã, realçando que isso contribuiu para o grande incremento, de 49,9%, do número de visitantes face ao ano de 2017. -----
Ainda no âmbito da Cultura, informou que foi concluída a materialização do testamento do Padre Domingos Moreira, de Pigeiros, com a inauguração da biblioteca que tem o seu nome, também em Pigeiros. -----
Reafirmou que, em 2018, foi lançado o projeto para a construção do Arquivo Municipal, estando o mesmo em fase final de adjudicação. -----
Realçou que, comprovando o bom momento do Município em termos culturais, os museus municipais, o Museu Convento dos Lóios e o Museu do Papel Terras de Santa Maria, registaram o número de 72.216 visitantes, representando um crescimento de 25% comparativamente a 2017. -----
Sobre a área do ambiente e serviços urbanos, disse que já não são



notícia, realçando que o Concelho tem uma cobertura, em termos de rede de abastecimento de água, que cumpre e até ultrapassa os indicadores de excelência do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais - PEAASAR. -----

Salientou que, no que respeita aos resíduos urbanos, existe um serviço de recolha que cobre todo o território, com algumas experiências que estão a decorrer ao nível da separação dos resíduos no domicílio e a sua recolha posterior, fazendo notar que esse processo iniciou-se em 2018 e terá o devido crescimento e desenvolvimento nos próximos anos. -----

Quanto ao setor de espaços verdes e jardins, referiu que, em 2018, foram iniciados vários projetos paisagísticos, entre os quais o passadiço do Rio Uíma, com a ligação dos troços existentes entre Fiães e Caldas de São Jorge, dizendo esperar que, nos próximos meses, seja possível lançar o concurso para fazer essa ligação, que atravessa quase toda a freguesia de Lobão. -----

Disse também que o projeto de requalificação do jardim em frente às Termas de S. Jorge está na fase final de execução, informando que, em breve, será feita a apresentação à comunidade. -----

Salientou que, muito resumidamente, os factos que mencionou são os mais relevantes de 2018, que são do conhecimento de todos, fazendo notar que os múltiplos projetos estão muito melhor discriminados nos relatórios setoriais. -----

Disse considerar que 2018 foi um ano em que, mais uma vez, se consolidou, de uma forma distinguida e reconhecida externamente, o desempenho financeiro e a excelência da gestão financeira do Município, em que as questões do desenvolvimento económico e



emprego, bem como a competitividade do território, têm uma cada vez maior afirmação na cena internacional e uma permanente ligação aos principais países e aos principais mercados. -----

Referiu ainda que espera que se consiga manter a muito forte ligação à diáspora portuguesa, comentando que esse é, cada vez mais, um fator de competitividade nos negócios internacionais. -----

Destacou que, como já referiu, existe uma internacionalização cada vez mais presente e mais constante na área cultural, e que os números de excelência atingidos, quer nos visitantes aos múltiplos eventos, quer na procura constante que o Concelho tem tido, nomeadamente de visitantes estrangeiros, reflete o crescimento e a notoriedade de todo o território. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente disse que lhe apraz registar os números, os indicadores e os factos mais relevantes de 2018, salientando esperar que sejam uma realidade na vida de todos os feirenses, comentando que já começam a ser, dando; de seguida, a palavra aos vereadores do Partido Socialista, fazendo notar que os vereadores do Executivo Permanente poderiam dar esclarecimentos mais cabais, consoante as questões colocadas. -----

A vereadora Margarida Gariso interveio dizendo que gostava de formular algumas questões e que, depois, os seus colegas também têm umas questões a formular e algumas intervenções a fazer, e que ela própria faria, depois, uma intervenção de fundo final. -----

Referindo-se aos anexos do Relatório e Contas, e concretamente à declaração respeitante aos recebimentos em atraso, disse que verifica que existem dívidas para com a Câmara num valor muito significativo,



que ultrapassa 2 milhões de euros, pelo que gostava de saber o que é que a Câmara fez ou está a fazer para reaver as verbas, que estão a ser dívidas ao Município, das seguintes entidades: -----

Aveiclean – Limpeza e Conservação, Lda. - 5.771,04 €; -----

AXA Portugal – Companhia de Seguros, Lda. - 7.529,85 €; -----

Iberusa – Central de Compras para Restauração - 5.771,04 €; -----

Raplus – Soluções Ambientais, SA - 10.740,00 €; -----

Visionarium - 28.858,41 €; -----

Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira - 358.016,59 €. -----

Disse que, quanto à P. Parques, já se sabe, e que existe ainda a dívida agregada de vários clientes, contribuintes e utentes, num valor de 1.812.744,49 €, ou seja, quase 2 milhões de euros. -----

Reafirmou que gostava de saber em concreto, em relação a todos estes devedores ao Município, que medidas, que ações estão a ser tomadas no sentido de reaver estas verbas em dívida, porque são verdadeiramente significativas. -----

O vereador António Bastos começou por dizer querer, na sua intervenção, fazer alguns comentários que sejam entendidos como positivos para a boa organização da Câmara Municipal. -----

Referiu que, no âmbito da Divisão de Estudos e Projetos, verifica, no Relatório, que existem vários projetos a ser executados, que certamente começaram em 2018 e não se sabe quando é que vão terminar, dizendo que se sabe que, no caso concreto da Piscina de Canedo, são referidos dois projetos ou dois estudos, designadamente prospeção geológica e execução de furo para captação de água subterrânea, e, outro, prospeção geológica e geotécnica. -----



[Handwritten signature]

Disse assim que existe aqui uma sobreposição de projetos ou de procedimentos, e que não entende a razão pela qual isso acontece, dizendo que a Piscina de Canedo é um projeto que se sabe, há 7 anos, que vai ser pago pela Suldouro, em contrapartida pela instalação do aterro sanitário em Canedo, e que, face àquilo que é elencado no âmbito da Divisão de Estudos e Projetos, verifica-se que ainda deve estar em situação bastante atrasada, não existindo motivos justificativos para que isso aconteça. -----

Disse que se tem falado muito no parque urbano das margens do Rio Cáster, na cidade de Santa Maria da Feira, mas que a verdade é que também não se passou ainda da aquisição de terrenos, não existindo projetos em concreto, o que lamenta profundamente, dizendo que, em outros municípios já foram feitos projetos, já foram comparticipadas obras pelos fundos comunitários, e que o parque urbano da cidade de Ovar, que foi comparticipado na ordem de meio milhão de euros, é um bom exemplo do que se faz no interior de uma cidade, assim como é São João da Madeira. -----

O vereador António Bastos prosseguiu dizendo que se tem falado na requalificação do Mercado Municipal, e que se fala muito nos estudos, mas que estes nunca foram apresentados, não sabendo os vereadores do Partido Socialista, em concreto, em que situação está este projeto, mas que, até hoje, não se vislumbra qualquer solução para a requalificação do Mercado. -----

Referiu que os vereadores do Partido Socialista também têm ouvido, por parte da Câmara PSD, que é necessária a requalificação de zonas industriais que estão extremamente maltratadas, de modo a que fiquem



com a qualidade que todos desejam, tanto nos pavimentos como nos espaços de lazer, dizendo que a Câmara continua a fazer, provavelmente, estudos que ele nunca viu, mas que não estão vertidos no Relatório, o que significa que a Divisão de Estudos e Projetos não está a preparar nada sobre estas requalificações. -----

Disse que, relativamente às obras contratadas e/ou em execução, tira-se várias ilações, dizendo que as pavimentações em betão betuminoso dos arruamentos do Concelho já se iniciaram há 5 anos, mas a verdade é que, perante o Relatório, verifica que as pavimentações da 2.ª fase assim como também as da 3.ª fase ainda não foram concluídas, bem como as da 5.ª fase e as da 6.ª fase, e que, provavelmente, no próximo mês ou nos próximos meses, serão iniciadas as obras da 7.ª fase, acrescentando que a Câmara já deveria ter avançado com o auto de consignação de trabalhos da 7.ª fase, porque as condições climatéricas têm sido benéficas. -----

Disse também que não é por acaso que as prorrogações de prazo têm sido sucessivas, e com as quais os vereadores do Partido Socialista discordam. -----

Disse ainda que parece-lhe que também não se vislumbra qualquer início das obras da via Espargo-Paços de Brandão, dizendo que nem sequer conhece o projeto. -----

O vereador António Bastos prosseguiu a sua intervenção dizendo que segundo o plano que o Executivo PSD apresentou às eleições de 2017, chega-se à triste conclusão que, de facto, ainda estão muito longe daquilo que disseram que iam fazer, obviamente à custa, provavelmente, do desinvestimento por tática política ou por falta de



capacidade.-----

Referiu que conhece outros municípios que avançaram com grandes obras, que estão concluídas e que mudaram radicalmente as estruturas de acessibilidades desses municípios e a filosofia de utilização das cidades, dizendo que Santa Maria da Feira merece e necessita de uma intervenção eficaz nas suas infraestruturas, concretamente nas suas acessibilidades, dando como exemplo as dificuldades que tem um empresário para aproximar-se da Zona Industrial de Fiães ou da Zona Industrial de Mosteirô. -----

Disse que tem conhecimento que existe um masterplan para a requalificação ou revitalização do Europarque, mas que, para já, os vereadores do Partido Socialista não conhecem esse masterplan, que sabem que é um objetivo para 2030, e que, como se está em 2019, certamente vai esperar sentado até que se venha a sentir o desenvolvimento da recuperação e da revitalização do Europarque, porque, de facto, da forma como ele está também não está bem, do seu ponto de vista, pelo que aguarda serenamente que o Europarque tenha, de facto, uma verdadeira revitalização no sentido do desenvolvimento económico desta região, concretamente de Santa Maria da Feira e da zona central do Concelho.-----

O vereador António Bastos continuou a sua intervenção dizendo que também não sente nada em termos da requalificação dos equipamentos de habitação social, dizendo que existem alguns projetos, existem algumas ideias de avançar, existem intervenções em um ou dois edifícios, mas que há tantos equipamentos no Concelho de habitação social que há, de facto, uma necessidade de uma intervenção urgente



na grande maioria desses equipamentos. -----

Disse que também era um objetivo da Câmara uma ou duas pistas de skate park no Concelho, para que os jovens tenham a possibilidade de desenvolver as suas práticas radicais de desporto, os quais se deslocam para outros concelhos, nomeadamente para o concelho de São João da Madeira e Ovar, para o praticar. -----

Referiu que ainda bem que também a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira avançou com a proposta do Estado relativamente aos passes sociais, dizendo que, de facto, vai ser a solução alternativa aos transportes públicos coletivos no Concelho. -----

Disse que, relativamente aos planos urbanos, a Câmara desenvolveu um Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa, pelos motivos que todos, hoje, conhecem, infelizmente, porque, na altura, o mesmo foi proposto para se esconder as razões pelas quais se iria avançar com um plano, mas que o Plano da Área Central de Fiães ficou na gaveta, onde mantém-se até hoje. -----

Disse que foi dado início à 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal e que vem uma 3.ª até julho de 2020, mas que, entre a 1.ª e a 3.ª, não existe um plano operativo de gestão territorial para algumas áreas dentro da cidade de Santa Maria da Feira, ou da cidade de Fiães ou até da Cidade de Lourosa, ou seja, não existe nada em concreto que faça com que o território, nas áreas centrais destas três cidades, possa melhorar no sentido harmonioso e homogéneo em termos urbanísticos, dizendo ainda que não se vislumbra nada e a Câmara já deveria ter tido uma intervenção de forma a que o urbanismo do Concelho fosse bem melhor do que aquilo que se sentiu no passado e se sente hoje.-----



Referiu que, relativamente aos espaços verdes, existe o Parque das Ribeiras do Rio Uíma, que, certamente, vai ter algum sucesso a partir de 2019 ou a partir de 2020, e que espera bem que isso aconteça.-----

O vereador António Bastos concluiu a sua intervenção dizendo que faz votos que a voz dos vereadores do Partido Socialista seja ouvida e que os projetos que acabou de referir se venham a concretizar no mais curto espaço de tempo possível.-----

Interveio a vereadora Lia Ferreira que, dirigindo-se ao Sr. Presidente, começou por dizer que pedia, desde já, desculpa, porque teria de dizer uma frase, que poderá ser um bocadinho mal-entendida por ser um bocadinho dura, mas que a verdade é que, da análise aos documentos, apesar de muito bem feitos, só lhe fazem crer que, realmente, trata-se da velha história “o rei vai nu”, porque os documentos são bastante completos, mas, depois, vai-se ver em que é que resultam, e resultam, em “o rei vai nu”. Reafirmou que pedia desculpa por ter de utilizar esta expressão, dizendo contudo que, não estaria a ser correta se não dissesse aquilo que estes documentos transparecem.-----

A vereadora Lia Ferreira prosseguiu dizendo que, tendo em conta todo o enquadramento que o vereador António Bastos fez, bastante complexo, e que vai buscar muita informação que consta dos documentos, queria alertar a Câmara e fazer algumas questões. -----

Disse que, primeiro, consta dos documentos uma aposta nos quadros de financiamento comunitário, e bem, mas que recordava, e queria alertar, que a regra destes financiamentos, que crê que consta do artigo 17.º, diz claramente que os fundos podem ser perdidos por falta de cumprimento da acessibilidade. -----



Disse que se sabe bem qual é a realidade da acessibilidade em Santa Maria da Feira, e que, nomeadamente em relação à requalificação da Quinta do Castelo e dos bairros sociais, incluindo o de Milheirós de Poiares, sabe-se bem que a acessibilidade não está garantida, principalmente no Bairro Social de Milheirós de Poiares, onde, como já se ouviu em entrevistas, uma moradora pede que lhe seja resolvido o acesso, porque anda em cadeira de rodas, e até agora zero, dizendo que, no entanto, está-se a aproveitar o dinheiro de fundos comunitários para fazer obras. -----

Disse que isto é muito grave, porque as regras são claras, e que não se pode estar a dizer que se faz sem fazer, sabendo-se bem, infelizmente, que a acessibilidade, em Santa Maria da Feira, é tudo menos eficiente e é tudo menos legal, e que, por isso, chama a atenção para que se possa corrigir isto a tempo, porque ainda existem obras a executar. -----

Concluiu dizendo que isto é um alerta, até porque estaria a ser hipócrita se dissesse que não vai estar atenta e que não é capaz de acionar os mecanismos legais se entender que as regras não estão a ser cumpridas. -----

A vereadora Lia Ferreira prosseguiu dizendo que, na sequência da intervenção do vereador António Bastos, que também falou do Plano de Mobilidade e Transportes, sabe-se bem que o Plano de Mobilidade e Transportes não inclui as condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, quando se quer que o Concelho seja competitivo, quando se quer ter um Concelho que esteja a par dos melhores concelhos reconhecidos. -----

Disse que, inclusive o Sr. Presidente lembrou a questão gráfica do



Imaginarius como sendo um reconhecimento do German Design Award. Disse que não foi o Imaginarius que foi reconhecido, foi a comunicação que foi reconhecida, não foi o evento, e que se gostaria que fosse, mas não foi, dizendo que, depois, não se é capaz de olhar para o Concelho de forma ambiciosa, tão ambiciosa quanto são as ideias, as intenções e a comunicação de marketing.-----

Disse que, realmente, o marketing do Município é dos mais ambiciosos, e que não há dúvida que a Câmara tem feito uma grande aposta em marketing, em imagem, mas que os vereadores do Partido Socialista querem é que essa aposta passe para o terreno, e é por isso que se debatem, porque isso é essencial. -----

Continuando, a vereadora Lia Ferreira disse que, na página 207 do Relatório, é referido que, durante o ano de 2018, o projeto Mobilidade para Todos efetuou o serviço de transporte de pessoas portadoras de deficiência. Disse que, primeiro, às vezes, é referido pessoas com deficiência, outras vezes pessoas portadoras de deficiência. Apelou a que se defina, dizendo que as pessoas com deficiência não transportam a deficiência, são pessoas, acima de tudo, que têm uma limitação, acrescentando que os termos mais correntes são diversidade funcional ou pessoas com deficiência, e que, pessoalmente, ainda usa pessoas com deficiência, porque ainda é o que está na lei, e que o termo portadoras já caiu há bastantes anos, pelo que se deve ter isso em conta.-----

Referiu que é importante, realmente, fazer-se um projeto de mobilidade para todos e, ainda por cima agora com a questão do passe único, realmente garantir-se que os transportes coletivos do Concelho sejam



acessíveis, dizendo que não são, que uma pessoa com dificuldades de mobilidade não consegue usar os meios de transporte do Concelho e, depois, tem de pedir estes atos de caridade da Câmara para fazer o transporte, e a Câmara fez este ato caritativo 167 vezes, como refere o Relatório.-----

Disse que os vereadores do Partido Socialista não querem atos caritativos, querem o apoio social quando o tem de haver, mas querem condições para, maioritariamente, a pessoa poder ser mais autónoma, independente, dizendo que repete que se deve apostar mesmo nas requalificações urbanas, na acessibilidade, e que não é apostar numa fatia pequenina da população, é apostar na sustentabilidade do Concelho e na qualidade do desenho urbano que Santa Maria da Feira não tem, comentando que Santa Maria da Feira é muito parca na aposta no desenho urbano.-----

De seguida, a vereadora Lia Ferreira referiu que, na página 228 do Relatório, no âmbito da Ação Cultural, é dito que foi feita uma aposta no projeto Tur4All, dizendo que, contudo, não se explica muito bem o que é que é feito, a não ser os relatórios estão na página do Tur4All, pelo que questiona em que é que isso se vai produzir para o Concelho. Disse que, foi feito, pelos vistos, um levantamento pela Tur4All, que é uma empresa, e que essa empresa tem informação sobre as condições de acessibilidade nos edifícios culturais do Concelho, questionando em que é que isto se vai traduzir futuramente, porque não quer saber só as condições atuais, quer saber o que é que vai ser previsto para o futuro, acrescentando que foi precisamente por isso que entregou um requerimento, na semana passada, a pedir que lhe seja dada



informação sobre o que é que vai ser feito e o que é que está a ser feito neste âmbito.-----

Aludindo à página 222 do Relatório, concretamente ao apoio a candidaturas: Centro de Apoio à Vida Independente, referiu que é dito que, neste âmbito, foi estabelecida uma parceria entre o Município e a APN. Disse que gostava de saber em que é que consiste a parceria, porque os apoios à Vida Independente não estão a ser dados pelos municípios, estão a ser dados pelo Governo. -----

Referiu que é dito também que a Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência continua a acompanhar o projeto, com a identificação de potenciais beneficiários, assistentes pessoais e pessoas com deficiência. Disse que repete que os Centros de Apoio à Vida Independente são entidades autónomas dos municípios e têm de ter uma estrutura, precisamente para fazer esta identificação, pelo que gostava de perceber o que é referido no Relatório. -----

Disse que, por outro lado, é também referido o acompanhamento da Provedoria no âmbito da Prestação Social para a Inclusão - PSI ou do regime jurídico do Maior Acompanhado. Referiu que tudo isto são medidas novas do Governo, que estão a ser esclarecidas através do Balcão da Inclusão, dizendo que Santa Maria da Feira tinha assinado, no passado, um protocolo com o Instituto Nacional para a Reabilitação - INR, no âmbito do SIM-PD - Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência, mas que, entretanto, esses serviços estão a ser substituídos pelos Balcões da Inclusão e, até ao momento, desconhece que Santa Maria da Feira tenha aderido ao Balcão da Inclusão, ressaltando que, se aderiu, gostava de saber onde estará a funcionar. --



b *Le*

A vereadora Lia Ferreira continuou a sua intervenção dizendo que, existe uma informação sobre a implementação adequada de condições de acessibilidade e mobilidade no Concelho por meio do manual de boas práticas, e que é referido na página 220 do Relatório, concurso e selo. Disse que desconhece que selo é este e que gostava de saber a quem é que foi entregue e quando, dizendo que o manual de boas práticas de que se fala é de 2012 e é uma nova ilustração sobre o Decreto-Lei n.º 163/2006, que também tem uma ilustração, pelo que gostava de perceber, então, o que é que está realmente a ser feito para instituir estas condições de acessibilidade. -----

Disse que é referido também que a Provedoria tem contribuído para o levantamento, diagnóstico e implantação de condições de acessibilidade, pelo que gostava de saber quem é que está a fazer este levantamento, como, com que recursos, porque sabe-se que a Provedoria não tem recursos.-----

Referindo-se à página 239 do Relatório, relativa ao Imaginarius, disse que é referido que 35% da programação foi acessível e inclusiva, e que foi criado um plano de acessibilidades e mobilidades - Imaginarius Acessível - integrando a criação de espaços próprios. Disse que tem ido ao Imaginarius, e, até agora, não viu nenhum plano, a não ser umas bandeiras que ficam entre o público para assinalar que as pessoas com deficiência ficam ali e os outros ficam onde quiserem. Disse que se é isto que o Executivo Permanente considera um plano de acessibilidades e mobilidades, gostava que o Executivo Permanente fosse mais ambicioso e fosse além disto. -----

Referindo-se à página 257 do Relatório, disse que é referido que foram



desenvolvidas estratégias e iniciativas específicas para atrair, a Santa Maria da Feira, novos e mais qualificados segmentos de público, nomeadamente aqueles com necessidades especiais. Disse que gostava de saber que iniciativas são essas, tendo em conta que, pela informação que foi dada aos vereadores do Partido Socialista em reuniões de Câmara, no âmbito da linha de financiamento “All for All” do Turismo de Portugal, a Câmara candidatou-se, ao que crê, com cerca de 5 mil euros, quando podia ter-se candidatado com 200 mil euros para fazer obra, e esses 5 mil euros versaram horas de tradução de língua gestual, não se traduzindo em nada a não ser meia dúzia de horas de interpretação de língua gestual.-----

A vereadora Lia Ferreira concluiu dizendo que, por isso, gostava de saber o que é que se pretende dizer com o que é referido na página 257, que estratégias e iniciativas foram desenvolvidas para atrair estes públicos, porque realmente até agora ainda não as viu. -----

De seguida, a vereadora Margarida Gariso disse querer fazer uma intervenção de fundo sobre aquilo que os vereadores do Partido Socialista entendem sobre os documentos que foram apresentados e que servirá como declaração de voto – passo a citar: -----

“Nós entendemos que este relatório de atividades e contas evidencia:-----

1. Falta de capacidade de realização do Sr. Presidente da Câmara e seu Executivo Permanente PSD, quando apresenta uma taxa de execução de investimento de apenas 44%, falhando assim o compromisso que assumiu com os feirenses com a concretização de obras prometidas, para promover maior desenvolvimento e qualidade de vida, em que destacamos algumas, que aqui já foram citadas pelos meus colegas: o



centro coordenador de transportes, a requalificação das zonas industriais, a eliminação de barreiras à acessibilidade para todos, com tudo isto também a promoção da afirmação externa e da coesão do Concelho. -----

2. Verifica-se um aumento das receitas dos impostos municipais e do IRS. Isto significa que os impostos que os feirenses estão a pagar, que são dos mais altos do País, nomeadamente do IMI e IRS, os feirenses não estão a ter a correspondente contrapartida na ação do Sr. Presidente de Câmara, agravado pelo facto de ainda serem vítimas da fatura da água e saneamento, das 10 mais elevadas do País, por força de um contrato de concessão ruinoso celebrado pelo Executivo PSD. Para além disso, a total ausência de receitas provenientes de candidaturas aprovadas e em execução revela a incapacidade de gestão e compromete o futuro dos feirenses. -----

3. Verifica-se falta de rigor, de transparência e exigência no planeamento, que se traduz em sucessivas prorrogações de prazos de obras municipais e na própria gestão dos documentos previsionais. Estou a falar do Orçamento e Plano de Atividades, que são alterados todos os meses do ano, algumas vezes mais de que uma alteração mensal. Uma Câmara Municipal que gasta quase 40% das despesas correntes em custos com pessoal não deveria ter outros níveis de eficiência e de eficácia no serviço público prestado aos cidadãos? Perguntamos nós. -----

4. A exclusão de mais de 60% das associações culturais do nosso concelho de qualquer apoio à sua atividade traduz o modelo de coesão deste executivo municipal. -----



5. Muita propaganda e marketing político, procurando esconder a realidade vivida no nosso território com méritos alheios, como é o caso da criação de emprego, que se deve, essencialmente, à ação do Governo do PS e dos empresários.-----

6. Europarque: Qual o modelo de desenvolvimento e de gestão que esteve na base das decisões camarárias sobre este equipamento? Como se relaciona esta infraestrutura com a estratégia de internacionalização? Não vislumbramos uma estratégia, um rumo a ser perseguido, para que deixe de ser um sorvedor do dinheiro dos cofres municipais. De forma resumida e em linguagem popular, este Relatório de Atividades e Contas traduz-se em muita parra e pouca uva para todos os feirenses.-----

O Sr. Presidente da Câmara vangloria-se da criação de emprego, mas toda a gente sabe que isso se deve às políticas seguidas pelo Governo Socialista de reverter os cortes nos rendimentos dos portugueses, devolvendo a confiança aos empresários, para promover mais investimento e, com isso, mais emprego. Mas aquilo que efetivamente são promessas suas, de vários anos, que estão inscritas no plano de investimento municipal e representa um grande benefício para os empresários e para os trabalhadores, Emídio Sousa nada diz ou mostra, porque nada tem para mostrar. Onde está a requalificação das zonas industriais do Concelho, que continuam num lastimável estado, começando pelos fracos acessos e ausência de adequadas placas de localização, passando pelas estradas esburacadas, onde estão os passeios que estão esventrados, onde os há, lixo e desalinho? -----
Diz-se muito preocupado com a mobilidade e transportes, que



efetivamente é um problema grave do nosso concelho, mas onde está o prometido centro coordenador de transportes? Quantos quilómetros de ciclovias construiu em 2018? Onde está, traduzido em resultados concretos, a política ambiental desta Câmara Municipal?-----

É preciso olhar para o Concelho e pensá-lo de forma estruturada a nível social, urbanístico e ambiental. Onde estão as áreas de recreio e lazer requalificadas?-----

No Plano Plurianual de Investimentos do ano 2018, no total de 11,9 milhões de euros, a habitação representou um investimento inferior a 124.000 euros, ou seja, 1,04%, e o ordenamento do território, isto são alguns exemplos, representou menos de 514.000 euros, isto é, 4,33% do Plano Plurianual de Investimentos.-----

Sobre a mobilidade e transportes, continua a não existir uma efetiva política de mobilidade e transportes municipal, patenteado pela ausência de uma rede de transportes públicos que sirva todo o Concelho e o sempre prometido, mas sempre adiado, e insisto, centro coordenador de transportes. Aqui o investimento foi zero e os estudos prosseguem.-----

No que diz respeito à proteção animal, tal como temos vindo a alertar ao longo das reuniões, constatamos que o investimento municipal praticamente se cinge à alimentação e custos de manutenção do veterinário municipal. Continua a não existir qualquer medida adicional ou qualquer projeto para o bem-estar animal.-----

Relativamente à acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, pouco ou nada foi feito. Nesta temática, o Relatório faz uma breve alusão à Provedoria Municipal para a Mobilidade, onde



foram afetos apenas 10.000,00 €, e a uma tímida aposta no Turismo Acessível, onde investimento feito é irrisório, mesmo tendo contado com o financiamento da linha de apoio do Turismo de Portugal.-----

Não se percebe, quando no Relatório e Contas é feita uma menção a uma suposta criação de um plano de mobilidades e acessibilidades, do qual resultou uma hipotética criação de espaços próprios para pessoas com mobilidade condicionada no Imaginarius. Percebe-se, assim, que, para este Executivo, a acessibilidade se resume a umas bandeirolas para assinalar lugares entre o público, sem qualquer infraestrutura ou investimento real de melhoria de condições.-----

Relativamente ao Europarque, que ações estão a ser tomadas para dar concretização ao estudo que custou 52.000 euros, e foi divulgado o ano passado pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, com a presença de todos os municípios da Área Metropolitana do Porto. Tudo isto tinha por objetivo reverter uma trajetória de acumulação de prejuízos desde 2015, em que o Sr. Presidente da Câmara decidiu assumir a exploração e gestão daquela infraestrutura, sem envolver outros municípios ou entidades. O que é feito desse estudo? Como é que está a ser concretizado? Para que é que serviu gastar-se 52.000 euros? -----

Afinal em que se traduz mais um estudo, agora proposto pela Câmara Municipal, e constante da página 157 do Relatório e Contas, que estará a ser feito pela Câmara, denominado Masterplan - Europarque, Golfe e Mar 2030? Será que não desistimos ainda dos benditos projetos sobre o golfe, aqui no meio de uma zona industrial, numa zona de infraestruturas desta natureza, com o mar que está à distância, com



municípios que têm esta infraestrutura? Vamos agora retomar a ideia do Europarque, Golfe e Mar, para a área envolvente do Europarque? Afinal, em que ficamos? -----

Continuamos sem saber qual a estratégia ou rumo a seguir para o Europarque, para que o mesmo deixe de ter uma exploração deficitária, paga exclusivamente e apenas pelos cofres do nosso município. -----

Quanto às Contas propriamente ditas, este Executivo fica satisfeito com o cumprimento de uma obrigação legal de ser rigoroso na gestão do dinheiro dos contribuintes e no pagamento a tempo e horas, o que também nos satisfaz e defendemos agora como sempre defendemos no passado. No entanto, tal não foi justificado por qualquer maior exigência ou rigor, quando as receitas dos impostos aumentaram, e só do IMI foi mais de um milhão de euros, apesar da pequena redução ocorrida o ano passado, estamos em 18 milhões quando estávamos em 17 milhões, e o IRS também cresceu, e o investimento se quedou por 44%, falhando por isso e reprovando este Executivo na sua execução dos compromissos perante os feirenses. É caso para dizer, os cofres municipais estão cheios, mas as barrigas dos feirenses estão mais vazias. -----

Neste contexto e pelas razões que expusemos, naturalmente que não podemos concordar com a visão que nos relatam da execução, que ficou muito aquém daquilo com que se comprometeram” – fim de citação. ----

A vereadora Helena Portela disse que, relativamente à questão colocada pela vereadora Margarida Gariso sobre a declaração dos créditos a receber, obviamente, todos estão a ser acompanhados pelo Executivo Permanente, alguns estão já em Tribunal, outros processos ainda não



estão em Tribunal, mas que estão a ser acompanhados pelos advogados das duas partes. -----

Disse que, em relação à Sociedade de Turismo, como a vereadora Margarida Gariso sabe, o ano passado foi apresentado à Câmara um estudo exaustivo sobre a Sociedade de Turismo, e que gostaria de relembrar que o facto de, o ano passado, ter sido prometida, pelo Governo, a comparticipação nos tratamentos, o que não aconteceu, provocou que a situação se tornasse ainda pior, porque as pessoas ficaram à espera que as comparticipações viessem e elas não vieram, comentando que espera que, ainda este ano, essa situação se altere e que o Governo deixe de vez as cativações, que é coisa que este Executivo Permanente não faz de todo.-----

Referiu que, relativamente à dívida agregada, trata-se sobretudo de receitas de refeições escolares, de rendas de habitação social, da recolha de resíduos sólidos urbanos - RSU, dizendo que, como os vereadores do Partido Socialista estão, certamente, recordados, a Câmara assinou um protocolo com a Autoridade Tributária, que está a ser executado, para se tentar reaver alguns desses créditos. -----

A vereadora Helena Portela concluiu dizendo que algumas situações são, de facto, delicadas, nomeadamente as das refeições escolares e das rendas da habitação social, mas que estão a ser devidamente acompanhadas, quer pela Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida quer pelo Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, e pelo próprio Pelouro da Administração e Finanças. -----



A vereadora Margarida Gariso solicitou que, relativamente às dívidas, lhe sejam facultados os documentos das diligências que foram tomadas em relação a cada uma das situações. -----

A vereadora Helena Portela prosseguiu dizendo que, em relação às questões que a vereadora Margarida Gariso levantou relacionadas com as despesas de pessoal, gostava de chamar a atenção que achava curioso, porque a Câmara de Santa Maria da Feira é das Câmaras que, se calhar, infelizmente, tem o menor peso com despesas com pessoal, dizendo que, de facto, há uma carência muito grande de recursos humanos, como demonstra a alteração ao mapa de pessoal que vai ser presente à Câmara nesta reunião. -----

Disse que, quando a vereadora Margarida Gariso fala em 42,71% em relação às despesas de funcionamento, o que se deve ver é a percentagem sobre as despesas totais, e que é essa a comparação que, normalmente, se faz, e a análise mais concreta que se deve fazer, fazendo sobressair que, quando se fala das despesas de pessoal relativamente às despesas totais, a Câmara de Santa Maria da Feira tem 25,49%, que é muito abaixo da média de que qualquer outra Câmara. -----

A vereadora Margarida Gariso referiu que o que dissera está revertido exatamente no quadro n.º 17 e que a vereadora Helena Portela não está a desdizer aquilo que foi dito por ela. -----

A vereadora Helena Portela disse que confirmou o que foi dito pela vereadora Margarida Gariso, mas que relembra que a análise deve ser feita em termos de despesa total, pelo que, quando a vereadora Margarida Gariso pretender comparar, deve comparar em relação à



despesa total e não à despesa funcional, ou então, deve comparar também com a despesa de funcionamento de outras Câmaras e que vai ter números completamente diferentes. -----

Disse ainda que, há dois anos, foi publicado, em todos os jornais nacionais, que a Câmara de Santa Maria da Feira estava no último lugar em termos de proporção de despesas com pessoal, frisando assim que não é só ela – vereadora Helena Portela - que o diz, foram também os jornais que o disseram. -----

A vereadora Helena Portela concluiu dizendo que, relativamente ao investimento, é de notar que só do ano de 2017 para o ano de 2018 houve, em termos absolutos, um aumento de 2 milhões e meio de euros, pelo que julga que a Câmara de Santa Maria da Feira está no bom caminho. -----

Verificou-se, de seguida, a intervenção do vereador do Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território, António Topa Gomes, que, em relação à intervenção do vereador António Bastos, disse que aquele vereador esperou muito tempo sentado e tem-se esquecido de andar pelo Concelho. -----

Disse que fica, de facto, espantado quando o vereador António Bastos diz que não se vislumbra absolutamente nada em relação a determinadas matérias, dizendo que, com franqueza, lhe parece que, no comentário daquele vereador, havia uma certa confusão entre aquilo que é Relatório de 2018 e aquilo que são coisas que estão a acontecer. -

Disse que o vereador António Bastos refere que não vislumbra nada, nem sequer projeto, na via Espargo/Paços de Brandão. Frisou que a



obra está em execução, neste momento, pelo que fica espantado como é que não vislumbra este facto. -----

Disse também que o vereador António Bastos refere que não se vislumbra obra nenhuma nos bairros sociais. Sublinhou que, neste momento, há 5 ou 6 intervenções em execução, pelo que a única coisa que pode dizer é que, se aquele vereador der uma volta pelos locais das obras descritas no Relatório, vê que, de facto, as mesmas estão a acontecer. -----

O vereador António Topa Gomes prosseguiu dizendo que pode explicar prontamente a questão colocada pelo vereador António Bastos, no âmbito das Piscinas de Canedo, dizendo que, de facto, há dois estudos parecidos, que são de pequeno valor, um que é a execução de um furo para captação de água e o estudo geológico e geotécnico em conjunto. --

Disse que houve um concurso que ficou deserto e, dada a urgência em avançar com as Piscinas de Canedo, passado pouco tempo avançou-se com uma parcialização dos estudos, tendo-se avançado apenas com o estudo geológico geotécnico, já executado, referindo que, neste momento, o projeto está terminado embora, com o novo Código dos Contratos Públicos, e dado o valor em causa, a Câmara é obrigada a rever o projeto, e que é só por isso que ainda não foi lançado o concurso. -----

Referiu que o mesmo se passa com o Parque Urbano do Cáster, cujo projeto está em andamento, e com o Mercado Municipal, cujo projeto já foi adjudicado ao Arq.º José Bernardo Távora, filho do autor inicial do projeto, Arq.º Fernando Távora, e que participou no projeto com o pai, dizendo assim que todos estes processos estão a avançar. -----



Disse ainda que estão a decorrer intervenções na Zona Industrial de Arrifana e na Zona Industrial da Silveirinha, e que crê que ainda esta semana, será lançado a concurso o remanescente desta última que não tinha sido ainda feito, reafirmando que, se o vereador António Bastos, estiver atento ao território, vê que, de facto, as coisas estão a acontecer. O vereador António Topa Gomes agradeceu a sugestão dada pelo vereador António Bastos no âmbito das pavimentações de arruamentos do Concelho e, nomeadamente, em relação à 7.ª fase, que disse que já devia ter começado. Referiu que quase se atrevia a recitar uma música do Paul Simon que diz "What mamma saw was against the law", dizendo que o Executivo Permanente evita fazer coisas contra a lei.-----
Salientou que a Câmara precisa do Visto do Tribunal de Contas para começar a empreitada, e que não o pode fazer por sua livre iniciativa, referindo que foi por isso que a 7.ª fase ainda não começou, reafirmando que agradece a sugestão, mas que o Executivo Permanente vai evitar fazer coisas contra a lei, pelo menos enquanto tiver conhecimento. -----
Disse ainda que, muito em breve, será também lançado o concurso referente ao Parque das Ribeiras do Rio Uíma. -----
Relativamente à questão das acessibilidades no Bairro Social de Milheirós de Poiães, abordada pela vereadora Lia Ferreira, o vereador António Topa Gomes disse que há uma possibilidade de se resolver o problema da acessibilidade, mas que resolve apenas o problema à moradora que aquela vereadora referiu, dizendo que a situação está identificada, estudada e será resolvida a breve prazo.-----



De seguida, o Sr. Presidente, sobre as várias questões colocadas pela vereadora Lia Ferreira no âmbito da Provedoria, deu a palavra ao vereador do Pelouro da Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social, Vítor Marques, que disse que fará chegar a informação àquela vereadora. -----

O Sr. Presidente deu a palavra ao vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, Gil Ferreira, que disse que a vereadora Lia Ferreira começou de uma forma poética com a nudez do rei, dizendo que, em tempos de diversidade e em que se apela à aceitação e à tolerância, não vê mal nenhum em que o rei, se assim lhe apetercer, circule nu, e que mais não se estende nesta reflexão para não entrar noutros campos. -----

Disse que, em relação ao projeto Tur4All, foi muito importante para o Município estar entre os primeiros municípios em Portugal a ser auditados pela equipa daquele projeto, referindo que, embora consciente de que seja necessário auditar mais espaços, informou que, neste momento, foram já auditados sete equipamentos turísticos e culturais, seis dos quais os respetivos relatórios já se encontram integralmente disponíveis, dizendo que esta questão cruza-se com a questão das estratégias desenvolvidas para atrair esses públicos e, na realidade, estar na plataforma de informação e de divulgação de destinos acessíveis, como é o caso. -----

Referiu que o projeto Tur4All reveste-se de uma importância extrema, porque é uma plataforma onde estes públicos, habitualmente, consultam e encontram informação detalhada e relatórios exaustivos



das condições de acessibilidade, nomeadamente nos museus municipais. -----

Disse que refere-se, em concreto, ao Museu Convento dos Lóios, ao Museu do Papel Terras de Santa Maria e ao Museu de Santa Maria de Lamas, que cumpriram integralmente todos os pontos que foram auditados, e que isso, certamente, só pode deixar os feirenses orgulhosos, e também ao Cineteatro António Lamoso, à Loja Interativa de Turismo e ao Europarque.-----

Referiu que esta foi uma estratégia, entre outras, dizendo que o Município passou a disponibilizar, sempre que haja eventos públicos, programas em braille, bem como cadeira de rodas para empréstimo, na Loja Interativa de Turismo, entre outras ações que estão dentro de uma estratégia de ampliação e, sobretudo, de constituir Santa Maria da Feira como um palco da diversidade. -----

O vereador Gil Ferreira prosseguiu dizendo que, no que diz respeito ao plano de acessibilidade e mobilidade, foi precisamente desenhada uma proposta de estratégia que foi avaliada pela equipa do Turismo de Portugal. Disse que iria fazer uma correção, porque, na realidade, não foi uma candidatura de 5 mil euros, conforme referira a vereadora Lia Ferreira, foi uma candidatura cujo o valor total se cifrou em 12.000,00 €, com o incentivo do Turismo de Portugal de 10.800,00 €, dizendo ainda que o investimento não foi exclusivamente em interpretação em língua gestual portuguesa nem foram investidos 5.000,00 € em língua gestual portuguesa, mas sim 250,00 €. -----

Disse também que, na realidade, os principais vetores desta candidatura observaram a acessibilidade a conteúdos e informação,



nomeadamente a elaboração e produção do programa em braille e a tradução do programa integral para língua gestual portuguesa. Referiu que teve uma outra medida que foi a acessibilidade no recinto de espetáculos, da qual constam visitas orientadas com interpretação em língua gestual portuguesa, espetáculos com audiodescrição, espetáculos com interpretação em língua gestual portuguesa, WC portáteis acessíveis, elaboração e sinalização de espaços com visibilidade para mobilidade condicionada, sinalética no recinto e estacionamento reservado, rampa, bandeiras de informação, mastros de suporte e cordas delimitadoras.-----

Informou também que, no dia 8 de março, foi informado pelo Turismo de Portugal que a candidatura do Município para a implementação de instrumentos de acessibilidade a conteúdos, na Rede de Museus Municipais, foi aprovada, dizendo que o Município está a trabalhar no sentido de tornar os equipamentos culturais cada vez mais acessíveis e que, como se pode verificar, sobretudo na dimensão da acessibilidade social e da acessibilidade intelectual e de conteúdos. -----

Referiu que, na realidade, conforme está documentado e é público nos relatórios que podem ser consultados em www.tur4all.pt, os equipamentos culturais do Município são acessíveis, designadamente o Cineteatro António Lamoso, Museu de Santa Maria de Lamas, Museu Convento dos Lóios, Museu do Papel de Terras de Santa Maria, Europarque e Loja Interativa de Turismo de Santa Maria da Feira.-----

O vereador António Topa Gomes interveio novamente para informar que no dia 3 de dezembro de 2019, termina a atual concessão de transportes, e que está em preparação um concurso de toda a Área



Metropolitana do Porto, para a concessão de transportes, dizendo que não pode divulgar ainda o teor do mesmo, mas que uma das cláusulas do caderno de encargos acautela precisamente a questão da acessibilidade para todos, através do rebaixamento do piso do autocarro e sobrelevação das paragens ou obrigatoriedade de rampas passíveis de serem colocadas nos vários autocarros, e que se prevê que se inicie no início do próximo ano. -----

A vereadora Lia Ferreira agradeceu a informação, dizendo que aproveitava para alertar que, mesmo com o rebaixamento dos autocarros, é necessária a rampa, porque o rebaixamento por si só não corrige o gap entre o veículo e a paragem.-----

Referiu que, em relação à requalificação dos bairros sociais, se calhar não foi clara na intervenção anterior que fez, dizendo que as obras de requalificação dos bairros sociais, que estão a ser alvo de 85% de financiamento de fundos comunitários, e as que não estão também, não deviam ter de se corrigir, precisamente porque a lei diz que todas as obras de alteração, conservação e manutenção, a qualquer instante, são obrigadas a cumprir o Decreto-Lei n.º 163/2006, pelo que não devia ser, agora, um a posteriori. -----

Disse que o caso que referira, da moradora do Bairro Social de Milheirós de Poiares, não é um favor que a Câmara faz, é uma obrigação legal que tem de ser cumprida. -----

Ressaltou que, relativamente à questão de “o rei vai nu”, não tem absolutamente nada contra o rei ir nu, e que, aliás, é bastante liberal nesse aspeto, dizendo que, contudo, não pode aceitar que se diga que



está vestido, sabendo-se que ele está nu, e que foi por aí que fez a sua intervenção e que usou essa alegoria.-----

A vereadora Lia Ferreira prosseguiu dizendo que quer que fique bem claro que respeita o trabalho do vereador Gil Ferreira, o seu empenho na dimensão cultural que pretende imprimir em Santa Maria da Feira, mas que tem de se ser objetivo naquilo que se diz, dizendo que o Tur4All faz um levantamento daquilo que existe e dá nota daquilo que existe, e que a sua questão, nesse âmbito foi o que é que vai ser melhorado.-----

Referiu que, no âmbito da linha de financiamento do Turismo de Portugal, o vereador Gil Ferreira corrigira-a, e muito bem, e que tem toda a razão, porque foi erro dela, e que, depois, referira em que é que esses 12.000,00 € se traduziram.-----

Disse que não consegue perceber como é que foi feito um levantamento exaustivo das condições, sabe-se o que é que está mal, porque parte do princípio que foram feitos levantamentos aos restantes edifícios, e não se aproveitou uma linha de financiamento de 200.000,00 €, a 100%, para fazer obras no que não está a cumprir a lei, e que é isso que diz que é falta de ambição e falta de querer melhor para Santa Maria de Feira. -----

Referiu que, já que o vereador Gil Ferreira está tão empenhado na cultura, e está tão empenhado em marcar Santa Maria da Feira com o seu trabalho, questionava porque não ser o vereador, a nível nacional, que mais se empenha na cultura para todos, e que mais atenção dá a estas questões.-----



Sublinhou que todos os conteúdos devem ser acessíveis, inclusive a questão da linguagem simplificada, acrescentando que, se realmente se quiser ser correto, os museus devem contemplar três tipos de linguagem, sendo que uma tem de ser simplificada para públicos com menos conhecimento e menos capacidade intelectual, acrescentando que, se o vereador Gil Ferreira aceitar, ela própria pode ajudar nesse sentido, porque conhece as matérias da acessibilidade, as matérias da inclusão, comentando que já tem oferecido ajuda várias vezes. -----

A vereadora Lia Ferreira continuou a sua intervenção dizendo que, relativamente ao Imaginarius, o vereador Gil Ferreira voltou a referir as bandeiras, os mastros e não sabe mais o quê. Disse que os lugares podem estar marcados, mas que, se uma pessoa com mobilidade condicionada não conseguir chegar a esses locais, é-lhe indiferente que existam ou não, e que é por aí que fala, para que todos consigam ir em pé de igualdade. -----

Disse que, já no passado, fez um repto, que não foi acatado, pelo que voltava a repeti-lo, dizendo que, já que se quer internacionalizar Santa Maria da Feira e se quer que, realmente, seja reconhecida, porque não apostar-se nesta matéria da acessibilidade, e porque não o Sr. Presidente aceitar fazer um périplo juntamente com os vereadores do Partido Socialista, pela cidade, para perceber porque é que os vereadores do Partido Socialista falam tanto sobre este tema. -----

Disse também que, além de ser uma questão legal, e em que Santa Maria da Feira está em incumprimento, é importante, dizendo que, por exemplo, o Europarque é tudo menos acessível, não cumpre as normas técnicas reguladas pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, nomeadamente as



rampas que têm uma inclinação muito forte e não têm sequer corrimãos conforme a lei exige, dizendo assim que aquilo que, depois, se consegue fazer no interior dos equipamentos lá existentes não adianta nada. -----

A vereadora Lia Ferreira conclui dizendo que Santa Maria da Feira está em incumprimento legal em todo o seu território, e que é muito importante que isto passe a ser devidamente considerado, porque o Sr. Presidente, como representante máximo desta autarquia, pode ser responsabilizado por não exigir e por não assegurar o cumprimento da lei.-----

A vereadora Margarida Gariso disse que, em relação à sua intervenção, no âmbito do Europarque, não ficou esclarecida a questão das ações que estão a ser tomadas para dar concretização ao estudo que custou 52.000,00 €, e que foi apresentado com pompa e circunstância, em novembro do ano passado, pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, no sentido de vencer o desafio hercúleo, como dizia o Jornal de Negócios à data, para o Europarque deixar de ter um volume de negócios abaixo daquilo que lhe deveria dar sustentabilidade, e a ter uma exploração que deixasse de ser também deficitária.-----

Disse que foram apontadas várias fases, sendo que uma primeira e imediata teria de ser com uma maior e mais intensiva envolvência dos municípios a nível local e regional, dizendo que os vereadores do Partido Socialista sempre defenderam que, atendendo a envolvência e os objetivos estratégicos para que foi construído, o Europarque devia, obrigatoriamente, envolver os municípios da Área Metropolitana do Porto e outros municípios, à semelhança da Fundação Casa da Música, que envolve várias entidades públicas e privadas, nomeadamente a



Câmara Municipal do Porto e a de Matosinhos, a Área Metropolitana do Porto, o Estado e muitas empresas públicas e privadas. -----

Acrescentou que não deveria ser só o Município de Santa Maria Feira a arcar com os custos resultantes da gestão desta infraestrutura e dos custos associados à sua manutenção, que sabe que são elevados, e que é preciso, de facto, fazer face a este problema e introduzir justiça, não ficando apenas os feirenses com esta responsabilidade em termos de custos dos impostos.-----

A vereadora Margarida Gariso prosseguiu dizendo que, por outro lado, gostava de saber o que é que, em concreto, foi desenvolvido e está a ser desenvolvido para estancar este problema grave, que resulta de o Município ter de gerir aquela infraestrutura, que é do Estado, mas que o Município assumiu, mais concretamente o Sr. Presidente de Câmara, a sua exploração por 50 anos, dizendo que, como todos sabem, vai dar prejuízos durante muitos anos. -----

Disse que, como resultado também desta constatação e deste estudo, é um problema que tem de se estancar o mais rapidamente possível, e que é preciso ter ações concretas que promovam maior rentabilidade àquela infraestrutura e envolvente, como disse, envolvendo os municípios da Área Metropolitana do Porto e até os do Entre Douro e Vouga, mas com responsabilidades para o bem e para o mal, ou seja, tirar benefícios, mas assumir também os custos inerentes à responsabilidade de explorar uma infraestrutura daquela natureza, porque é extremamente importante para os vereadores do Partido Socialista, enquanto representantes de todos os feirenses, saber, no



mais próximo e curto de espaço de tempo, como é que aquela infraestrutura vai ser sustentável.-----

Disse que, em segundo lugar, gostava de saber como é que se articula este estudo com aquilo que está vertido na página 157 do Relatório, que diz que a Câmara Municipal está a desenvolver um estudo denominado, como já referira, Masterplan - Europarque, Golfe e Mar 2030, que consiste na elaboração de um plano estratégico para a área envolvente ao Europarque, perspetivando-se, no horizonte 2030, a reafirmação da identidade da região, questionando como é que se traz o mar e o golfe para aquela zona.-----

A vereadora Margarida Gariso concluiu dizendo que, como os vereadores do Partido Socialista já têm vindo a referir, estão a ser feitos muitos estudos, mas que o que querem são ações e resultados, e que esses é que tardam em aparecer.-----

O Sr. Presidente disse que, relativamente ao Europarque, queria dar nota que percebe bem o incómodo dos vereadores do Partido Socialista relativamente ao sucesso do Europarque e da gestão do Europarque. ---

Disse que, como os vereadores do Partido Socialista sabem, o Europarque foi entregue à Câmara vai fazer 4 anos no próximo mês de maio, referindo que o mesmo estava moribundo, era uma estrutura que estava em clara morte, e que a Câmara está a revitalizar, dizendo que, hoje, é com especial orgulho que sempre que lá vai sente toda a vitalidade do espaço e sente toda a dinâmica que o espaço está a recuperar, com muitas dificuldades.-----

Disse ainda que, como a vereadora Margarida Gariso referiu, e bem, a Área Metropolitana do Porto encomendou um estudo, financiado por



fundos comunitários, para projetar e para a revitalização do Europarque. -----

Referiu que esse estudo foi feito pela sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados, que posteriormente passou a pertencer à Ernest & Young, dizendo que foi um estudo que, de facto, fez uma análise dos pontos fortes e pontos fracos do Europarque e que apontou alguns caminhos, nomeadamente uma tentativa de maior envolvimento dos municípios da Área Metropolitana do Porto, além de outros, bem como a internacionalização, entre outros. -----

O Sr. Presidente disse que, sobre o que foi referido, de o Europarque dar prejuízo, pensa que é uma questão que deve ter uma análise diferente, porque, neste momento, o Europarque tem um conjunto de eventos dos quais não resulta qualquer verba, mas que tem um impacto tremendo na comunidade. -----

Disse que não tem presente de memória exatamente o número do défice aritmético das contas, que estará nos 150 ou 160 mil euros, mas que este número não é um défice económico, primeiro, porque há um conjunto de eventos que a Câmara organiza no Europarque, que deixou de pagar, como pagava anteriormente à AEP – Associação Empresarial de Portugal, e que não são contabilizados como receita, acrescentando que, além disso, o Município tem proporcionado uma ou outra sala do Europarque para alguns eventos, principalmente das escolas, que são pedidas pelo Sr. Secretário de Estado, pelo que, em termos de aritmética financeira, as contas têm de ser vistas de outra forma. -----

O Sr. Presidente prosseguiu referindo que há uma segunda nota que queria dar, dizendo que era muito importante passar-se a ver que o



Europarque, de facto, está a trazer uma dinâmica turística ao território de Santa Maria da Feira, e que não é por acaso que os números de estadias e o número de visitas a alguns equipamentos municipais também tiveram esse aumento, porque são induzidos pelo conjunto de congressos e de eventos que são realizados no Europarque, acrescentando que há um espaço notável de sucesso no Europarque, que é o espaço exterior, o Parque da Cidade, que, hoje, tem sempre centenas e nalgumas situações até milhares de pessoas a praticar desporto. -----

Disse assim que, por muito que custe aos vereadores do Partido Socialista, e apesar da sua permanente oposição, a comunidade e a sociedade feirense viu com muito bons olhos que o Município tivesse assumido a gestão do Europarque, porque a alternativa era terrível e, hoje, aquele espaço está claramente dignificado e já faz parte do quotidiano de muitos feirenses, acrescentando que a Câmara está a preparar o projeto para a sua reabilitação, porque está a precisar de obras, que ainda vão ser volumosas, e que, se tudo correr bem, no próximo ano a Câmara estará a lançar um concurso para obras que o edifício precisa. -----

Referiu que, como todos sabem, na envolvente do Europarque, neste momento, há alguns investimentos, dando o exemplo do Lusopark, que está praticamente todo vendido, faltando dois ou três lotes, e que está com um volume de investimentos previsto de 100 milhões de euros, dos quais 20 milhões já estão feitos no terreno, estando sete em execução e os outros estão projetados, acrescentando que a envolvente do Europarque e todo o conjunto do Europarque são, claramente, e vão ser



cada vez mais uma nova centralidade.-----

O Sr. Presidente continuou a sua explanação dizendo que, em relação ao antigo estudo que havia, que pensa que era da AEP, que previa a construção de um campo de golfe e alguma revitalização da zona, é um documento antigo que a Câmara está a tentar analisar para ver se terá algum sentido. -----

Disse também que não há nada de concreto ainda, que a única coisa de concreto é que a Câmara de Santa Maria da Feira está a falar com a Câmara de Ovar no sentido de se procurar fazer uma abertura de uma ligação pedonal ou até ciclável para ligação da zona do Europarque ao mar, que está a cerca de 5 quilómetros de distância, e que é praticamente toda em território de Ovar, salientando que via com muito bons olhos que se pudesse vir a fazer essa ligação um dia. -----

Referiu que existem algumas dificuldades que têm de ser estudadas, como a autoestrada, a linha do comboio, entre outras, mas que se está a pensar estudar a possibilidade dessa ligação.-----

O Sr. Presidente prosseguiu salientando que se sente orgulhoso e que ainda não se arrependeu um único minuto da decisão que foi tomada há 4 anos, e que foi uma decisão difícil, de a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira assumir a gestão de Europarque, dizendo que o próprio Partido Socialista, que estava representado na altura na Câmara, concordou com o Executivo Permanente e aderiu a esta decisão. -----

Disse que todos sabem perfeitamente a dificuldade que é gerir um centro de congressos que foi inaugurado há quase 25 anos, com uma dinâmica económica que, hoje, sofre de concorrência muito forte, desde



logo nos hotéis, lembrando que, hoje, qualquer um se apercebe que os grandes, e até os médios hotéis têm a sua sala de congressos, a sua sala de eventos para 200, 300 ou 400 pessoas, acrescentando que muitos destes hotéis estão localizados nos grandes centros urbanos, como Porto, Matosinhos ou Vila Nova de Gaia, e que são um concorrente fortíssimo em termos de alguns eventos que poderiam realizar-se no Europarque.-----

Disse assim que se está a concorrer com esse tipo de espaços, o que é difícil, e que, além disso, entretanto houve vários espaços que foram abertos e outros que irão ser abertos, dando o exemplo do Altice Forum Braga e do Centro de Congressos Alfândega do Porto, que há 25 anos não existia, reafirmando que há uma concorrência muito forte de equipamentos público e privados que obrigam o Executivo Permanente a estar em permanente trabalho para tentar dinamizar o Europarque. --

Proseguiu dizendo que, felizmente, o ano passado houve 227 eventos no Europarque, que estão retratados no Relatório e Contas da Feira Viva, reafirmando que o prejuízo, entre aspas, financeiro que é invocado tem de ser analisado do ponto de vista da importância económica do Europarque para o território de Santa Maria da Feira, acrescentando que a importância é inegável, e que ninguém tenha dúvidas disso.-----

O Sr. Presidente reiterou que não se arrepende, e que pensa que nunca se irá arrepender, da decisão que foi tomada, na altura, de o Município assumir a gestão do Europarque, dizendo que aquele espaço ainda vai ter coisas muito bonitas a acontecer nos próximos tempos, pois há investimentos muito interessantes, conforme já referiu oportunamente, dizendo que, embora não seja um terreno que pertence à Câmara,



pertence à AEP, mas para que se tenha uma ideia, há uma empresa de software feirense, a ITCenter, que é parceira da Altice, que adquiriu o antigo Visionarium, que estava em processo de insolvência, e que vai instalar naquele local a sua empresa, com 120 engenheiros informáticos. -----

Disse assim que há um conjunto de investimentos que estão já em fase muito avançada, que vão transformar a envolvente do Europarque num espaço de excelência, pelo que se se tivesse tomado a decisão contrária, hoje estar-se-ia a lamentar essa decisão, acrescentando que se não se tivesse tido a coragem, a determinação e a capacidade de decisão que é preciso nestes momentos, hoje, haveria um problema grave no Europarque, um foco de vandalismo e de atividades ilícitas, fazendo sobressair que, hoje, o Europarque é um espaço onde as pessoas vão fazer jogging, onde os pais vão brincar com as crianças e onde as pessoas vão almoçar com todo o gosto. -----

O Sr. Presidente concluiu dizendo que custa-lhe perceber a tristeza da vereadora Margarida Gariso em relação ao Europarque, salientando que, da sua parte, tem a satisfação de ter tomado a decisão certa. -----

A vereadora Margarida Gariso interveio e, dirigindo-se ao Sr. Presidente, disse-lhe que não é por repetir muitas vezes uma coisa que a torna verdade, dizendo que os vereadores do Partido Socialista estão de acordo, ao que o Sr. Presidente interrompeu aquela vereadora dizendo que não parece, mas que pedia desculpa, porque deve-se ter enganado.

A vereadora Margarida Gariso retomou a sua intervenção dizendo que os vereadores do Partido Socialista estão de acordo, mas que ela própria nunca faria da forma como o Sr. Presidente fez, faria o acordo com o



Governo, porque era necessário fazê-lo e era urgente fazê-lo, para recuperar uma infraestrutura que foi construída no território com muito dinheiro dos cofres municipais, mas que o que distingue é a forma como o Sr. Presidente o fez, depois de ter andado muitos anos a negociar com o Governo. -----

Disse que, em seu entender, deveria ser um modelo do tipo da Fundação Casa da Música, porque todos os estudos apontam que o Europarque só consegue sobreviver numa estratégia de âmbito regional, acrescentando que, aliás, a sua missão tem âmbito regional e nacional, e que só faz sentido com a envolvência efetiva de muitas entidades, nomeadamente outros municípios, à semelhança do que aconteceu noutros modelos. -----

Disse que o Sr. Presidente da Câmara fez o seu número e que vai ter de a deixar fazer daquilo que o Partido Socialista sempre defendeu, e que é a interpretação realista. -----

Disse assim que o Partido Socialista nunca poderia estar contra o Europarque quando ele está no território de Santa Maria da Feira, acrescentando que o Partido Socialista nunca poderia estar a favor da degradação de uma infraestrutura daquela natureza, que custou muito dinheiro ao Município. -----

A vereadora Margarida Gariso concluiu dizendo que o Partido Socialista não concordou foi com a forma como, precipitadamente, tendo muitos anos para negociar esta matéria, o Sr. Presidente foi negociar, assumindo o Município sozinho a responsabilidade por aquela infraestrutura, acrescentando que o Sr. Presidente vir repetir aquilo que não corresponde à realidade não lhe dá razão. -----



O Sr. Presidente contrapôs dizendo que a vereadora Margarida Gariso estava a insistir numa série de falsidades, de coisas que não correspondem à realidade, que são mentiras, frisando que aquela vereadora não estava na Câmara quando foi tomada a deliberação sobre o assunto.-----

A vereadora Margarida Gariso retorquiu dizendo que o Sr. Presidente retire o complexo de falsidade porque tem de saber lidar com opiniões diversas da dele, ao que o Sr. Presidente objetou dizendo que opinião é uma coisa e afirmações mentirosas são outra, tendo a vereadora Margarida Gariso dito que o Sr. Presidente é que não foi verdadeiro quando disse que o Partido Socialista foi contra a recuperação do Europarque, tendo o Sr. Presidente comentando que até houve uma cisão do Partido Socialista, tendo a vereadora Margarida Gariso refutado dizendo que não houve cisão nenhuma, frisando que as impressões e as opiniões estão escritas, e que os cidadãos podem conferi-las.-----

A vereadora Margarida Gariso prosseguiu dizendo que veio publicado no Jornal de Negócios, no ano passado, a propósito deste assunto, que o Europarque continuava a não conseguir estancar a queda do volume de negócios e que ia ter uma exploração deficitária, ao que o Sr. Presidente disse que o Jornal de Negócios faz notícias e, dirigindo-se à vereadora Margarida Gariso, perguntou-lhe porque é que estava a dizer aquilo se não é verdade, questionando-a também porque é que não ia ver as contas que estão presentes no Relatório e Contas da Feira Viva, ao que a mesma respondeu que estava a retratar aquilo que foi publicitado e que não foi desmentido, tendo o Sr. Presidente dito que não é verdade e



que não tem de desmentir, ao que a vereadora Margarida Gariso insistiu dizendo que a notícia tem números, foi publicada e não foi desmentida, ao que o Sr. Presidente fez sobressair que fique claro que não vai desmentir todas as notícias que são publicadas sobre si.-----

A vereadora Margarida Gariso continuou a sua intervenção dizendo que os vereadores do Partido Socialista querem que o Europarque tenha sucesso, mas que querem assumir posições responsáveis, frisando que estão na Câmara a defender os interesses dos feirenses, ao que o Sr. Presidente retorquiu dizendo que aquela vereadora não defende os interesses dos feirenses melhor do que ele, tendo a vereadora Margarida Gariso dito, então, que o Sr. Presidente defende a sua perspetiva e tem de deixar os vereadores do Partido Socialista defenderem a sua perspetiva, porque é assim que as coisas se completam. -----

O Sr. Presidente disse que vê sempre a insistência que a vereadora Margarida Gariso tem de envolver os municípios vizinhos, e que ainda está a tentar perceber essa insistência, que julga que será no sentido de que serão as câmaras municipais dos municípios da região que terão de mandar os eventos, que eventualmente existam nas suas terras, para o Europarque, dizendo que é este o raciocínio e a descoberta da vereadora Margarida Gariso, comentando que só vê essa hipótese, não vê outra. --
Referiu que o Porto tem o Centro de Congressos da Alfândega e o Palácio de Cristal, que está a ser transformado em centro de congressos, e que, há dias, houve a notícia de que a Câmara de Vila Nova de Gaia quer construir um centro de congressos, dizendo ainda que se vê, e bem, os municípios vizinhos de Santa Maria da Feira com os seus próprios centros de congressos e que, obviamente, neste espaço



competitivo, cada um procura o melhor para o seu concelho. -----
Dirigindo-se à vereadora Margarida Gariso, o Sr. Presidente disse que a tem como uma pessoa que até percebe os assuntos, mas que, às vezes, a vontade de estar contra o Executivo Permanente até lhe tolda a visão. Disse que só queria que as pessoas não pensem que uma câmara vizinha vai pensar que o Europarque é o seu centro de eventos, porque não é, lembrando que Espinho tem o seu centro multimeios, Vila Nova de Gaia quer o seu centro de congressos, São João da Madeira quer o seu centro de congressos, Arouca tem o seu mosteiro e o museu, dizendo que é normal que todos queiram, como ele próprio também quer em Santa Maria da Feira, o maior número de eventos possível captados para o seu território. -----
Disse que ter a ideia sonhadora, peregrina, de que serão os municípios vizinhos que vão alocar, ao Europarque, um conjunto de eventos que interessem ao Europarque, não passa de um sonho, referindo que tem de se ir muito para além disso, e que o Executivo Permanente sabe perfeitamente que não será uma câmara vizinha que vai alocar um evento ao Europarque, comentando que, às vezes, até alocam porque não têm condições, e muitas vezes até para pedir uma cedência gratuita, mas que normalmente não alocam. -----
O Sr. Presidente prosseguiu dizendo que o estudo elaborado pela sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados, agora Ernst & Young, resultou de uma oportunidade de financiamento da Área Metropolitana do Porto, esperando que acrescentasse alguma coisa ao trabalho que o Executivo Permanente já vinha a fazer há 3 anos, mas que não houve nenhuma novidade extraordinária apontada naquele



estudo, dizendo que o Executivo Permanente, seguindo muito da estratégia apontada naquele estudo faz de uma maneira diferente quando procura captar indústrias para Norte, para ver se essas empresas alocam alguns eventos ao Europarque. -----

Informou que os principais clientes do Europarque são da área da saúde, são as seguradoras, são as empresas imobiliárias, reafirmando que tem a perfeita noção que nenhuma câmara vai mandar nenhum evento para o Europarque, ao que a vereadora Margarida Gariso interrompeu o Sr. Presidente e insistiu dizendo que sempre divergiu da visão do Sr. Presidente em relação ao contrato inicial, porque, em seu entender, tinham de ser os municípios da região a estar na gestão e a assumir a responsabilidade do Europarque.-----

O Sr. Presidente, dirigindo-se à vereadora Margarida Gariso, disse que, na sua perspetiva, ela tem uma visão do Estado que manda em tudo e todos. Referiu que, hoje, há uma dinâmica da sociedade diferente, e que não é o Primeiro-Ministro nem um Ministro que vai dizer a uma seguradora, por exemplo, para vir fazer um evento ao Europarque, dizendo que ele próprio - Presidente da Câmara - é que tem de a convencer. -----

Disse também que a vereadora Margarida Gariso não compreende que os municípios não querem estar na gestão do Europarque, tendo a vereadora Margarida Gariso insistido dizendo que o Sr. Presidente é que não compreende que isso devia ter sido negociado com o Governo, ao que o Sr. Presidente retorquiu dizendo que o Governo não manda nos municípios, que têm autonomia administrativa e financeira, e decisória, reafirmando que aquela vereadora tem uma visão de que o Estado



manda em tudo e todos, tendo a vereadora Margarida Gariso insistido dizendo que o Sr. Presidente não conseguiu negociar uma solução à semelhança da Fundação Casa da Música e que tem de assumir a sua incompetência.-----

O Sr. Presidente respondeu que não é incompetência, dizendo que a Fundação Casa da Música tem financiamento da Câmara do Porto porque lhe interessa, e que a Casa da Música já veio pedir ao Município de Santa Maria da Feira para entrar com dinheiro, mas que entendeu que o Município não devia, ao que a vereadora Margarida Gariso contrapôs dizendo que entraram muitos, tendo o Sr. Presidente questionado quais foram as câmaras, ao que a vereadora Margarida Gariso respondeu dizendo que foi a Área Metropolitana do Porto, a Câmara do Porto, a Águas do Porto, a Amorim Investimento, e outras empresas, tendo o Sr. Presidente comentado que, como se vê, estão aí muitas câmaras.-----

O Sr. Presidente prosseguiu dizendo que a Fundação Casa da Música não é um centro de congressos, não procura captar eventos, eventos comerciais, num mercado competitivo, acrescentando que a Fundação Casa da Música é diferente e que muitas das empresas, como a Amorim Investimento, a Sonae, e outras, foram pressionadas pela Câmara do Porto, dizendo ainda que a Fundação Casa da Música tem todo um conjunto de pessoas que dão alguns contributos, mas tem um défice muito significativo, e recebe muito dinheiro do Estado Central. Disse que o Europarque está num mercado completamente diferente, concorre com o mercado privado e com o mercado público, e que, só para se ter noção, mesmo o Governo, quando vem organizar um evento



no Europarque, só quer vir se for cedido gratuitamente, senão não vem, porque o Estado neste momento está com pouco dinheiro. -----

A vereadora Margarida Gariso interrompeu o Sr. Presidente dizendo que, com isto tudo, das diferentes visões, o Sr. Presidente não lhe conseguiu responder sobre que ações concretas vão ser tomadas para revitalizar o Europarque, até porque o Sr. Presidente disse que, para o próximo ano, vai haver um investimento enorme na infraestrutura, comentando que o dinheiro tem de vir de qualquer lado, mas que já se sabe que vem dos cofres municipais. -----

O Sr. Presidente disse que o que o Executivo Permanente vai tentar, e está a tentar, é revitalizar o Europarque comercialmente, é atrair o maior número de eventos possível, eventos que deem rendimento, dizendo que já se chegou à conclusão que a maioria dos espetáculos na área cultural, que é outra parte da atividade do Europarque, não é viável, porque são muito caros. Acrescentou que existe uma ou outra situação pontual de alguma associação que paga uma ligeira verba do arrendamento, mas que a intenção é, essencialmente, alocar eventos como congressos, que possam render algum dinheiro. -----

Disse também que é intenção trazer empresas tecnológicas para o Hubparque, que é um serviço incubador de empresas, e que, em termos de espaço exterior do Europarque, existe toda a dinâmica desportiva, dizendo ainda que prevê-se a construção, a médio prazo, de alguns equipamentos na envolvente, nomeadamente infraestruturas de tecnologia de informação e software, e que a intenção é atrair, cada vez mais, eventos na área da saúde e das tecnologias, acrescentando que, quando se está a desenvolver o tecido industrial a Norte e a tentar atrair



empresas tecnológicas, é precisamente para que essas empresas se transformem nos futuros clientes do Europarque, pela proximidade. ----

Prosseguiu dizendo que o Europarque vai continuar a lutar, no âmbito dos congressos, dizendo que há ainda a hipótese, e está-se em negociações, de haver uma atividade associada ao Visionarium, que encerrou, alocando-o ao espaço interior para promover uma maior dinâmica de utilização, mas que o Europarque vai estar em luta permanente pela sua sustentabilidade, se se conseguir melhorar, nem que seja ligeiramente os resultados atuais. -----

Disse que o Município já está a conseguir um bom resultado, porque o impacto do Europarque na cidade, na vida das pessoas, e o impacto que está a ter em toda a dinâmica do território é muito mais importante e rende muito mais economicamente do que o ligeiro défice financeiro que tem. -----

O Sr. Presidente, dirigindo-se à vereadora Margarida Gariso, disse que o Europarque estava a morrer, que só não viu o Europarque a morrer quem não quis ver, porque quem lá ia antes de 2015, como ele foi muitas vezes, via que o Europarque estava a morrer aos poucos, e que, neste momento, sente que o Europarque está a recuperar, fazendo sobressair que é uma tarefa difícil, mas que confia na capacidade da sua gestão e confia na capacidade do Presidente da Câmara, que tem 30 anos a enfrentar problemas concretos e não apenas a ler decretos-lei. --

A vereadora Margarida Gariso, dirigindo-se ao Sr. Presidente, disse que gostava que o mesmo lhe dissesse quais as ações concretas que o Executivo Permanente vai assumir em relação àquele estudo que custou 52 mil euros. -----



O Sr. Presidente respondeu que é captar investimentos, é promover e tentar atrair eventos, congressos, ações corporativas, com certeza com o maior envolvimento dos municípios vizinhos, da região, não através dos órgãos políticos, mas das empresas da região, que são essas que o Executivo Permanente tenta captar para o Europarque, porque, quanto ao resto, não se pode obrigar a vir fazer uma ação no Europarque, comentando que o mercado é assim, é concorrencial, e, como tal, está-se a competir, mas o Município não tem o poder de fazer uma lei e dizer façam eventos no Europarque. -----

A vereadora Lia Ferreira voltou a intervir dizendo que não está na Câmara para dar lições de urbanismo nem de gestão autárquica, mas que, quando existe um elemento âncora e que se quer assumir como tal, como o Sr. Presidente está a querer assumir o Europarque, tem de se infraestruturar o mesmo, para que ele tenha viabilidade e seja sustentável.-----

Disse que nem a Amy's Kitchen quis ficar naquela zona, onde só existe um hotel à volta, onde não existe nenhuma infraestrutura de apoio que justifique, realmente, o Europarque ser esse elemento âncora, dizendo ainda que o Europarque está de costas para o Concelho, é que nem iluminação pública à volta tem.-----

O Sr. Presidente perguntou, então, à vereadora Lia Ferreira em que aspeto é que o Europarque teria de ser requalificado para ser atrativo, tendo a mesma respondido que o espaço, tal como está, está em degradação, ao que o Sr. Presidente insistiu na sua pergunta, tendo a vereadora Lia Ferreira respondido perguntando se o Sr. Presidente queria ajuda, porque ela já tinha elencado.-----



O Sr. Presidente disse que a vereadora Lia Ferreira tinha dito que só tinha um hotel à volta, mas que lembrava que, num raio de 30 km, existem 10.000 camas, ao que aquela vereadora disse que, com a rede viária que existe no Concelho, o Sr. Presidente quer mandar as pessoas para Canedo, tendo o Sr. Presidente retorquido dizendo que não manda em ninguém, que cada um faz a sua escolha. -----

A vereadora Lia Ferreira insistiu dizendo que as pessoas escolhem se houver equipamentos, mas que o Sr. Presidente está a falar da grande pujança do Europarque e, depois, fala de atividades de desporto que, afinal, não trazem rentabilidade nenhuma, ao que o Sr. Presidente ironizou dizendo que não trazem, que, aliás, o desporto até faz mal à saúde, e não traz nenhuma rentabilidade económica nem nada disso. --

A vereadora Lia Ferreira retorquiu dizendo que gosta de ver o Sr. Presidente bem-disposto, porque acha que o Sr. Presidente tem de estar mesmo bem-disposto depois da intervenção que fez. -----

O Sr. Presidente desafiou a vereadora Lia Ferreira a apresentar as soluções que tinha para o Europarque, dizendo que, afinal, ainda não tinha visto nenhuma. -----

Verificou-se, de seguida, um diálogo entre o Sr. Presidente e a vereadora Lia Ferreira sobre a localização de hotéis que podem servir os utentes do Europarque, tendo a vereadora Lia Ferreira concluído dizendo que se continua a apostar em show-off, mas que, como disse na sua intervenção inicial, o rei vai nu e toda a gente diz que ele vai vestido, e que é o que o Sr. Presidente está a fazer em relação ao Europarque, que continua a não ter infraestruturas alguma e que nem iluminação à volta tem. Disse ainda que o Sr. Presidente refere que está tudo vendido, mas



que empresas zero, e, finalizando, dirigiu-se ao Sr. Presidente dizendo que continue a fazer festa, que alguém tem de ter essa visão do copo cheio, porque realmente o rei vai nu. -----

O Sr. Presidente finalizou dizendo que há afirmações que nem vale a pena debater, porque seria uma perda de tempo, submetendo, de seguida, o assunto a votação. -----

Constatou-se que a Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos vereadores Vítor Marques, Helena Portela, Gil Ferreira, António Topa Gomes e Teresa Vieira, aprovar a proposta supratranscrita. -----

Os vereadores Margarida Gariso, António Bastos, Lia Ferreira e Bruno Mota votaram contra. -----

A vereadora Margarida Gariso fez a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores do Partido Socialista votaram contra nos termos constantes do documento que eu li durante a reunião de Câmara, que dou aqui por reproduzido”. -----

O Sr. Presidente fez a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores e eu próprio do Partido Social Democrata votaram a favor e congratulam-se com o extraordinário resultado que conseguimos ao longo destes anos para o nosso território. -----

Conseguimos resolver o problema do desemprego, conseguimos dar esperança de vida às pessoas, estamos a melhorar completamente o território, aumentámos as nossas exportações, estamos entre os 10 maiores municípios exportadores de Portugal, a nossa programação cultural é reconhecida em todo o Mundo, já não apenas em Portugal, as áreas sociais são reproduzidas em todo o país, e a dinâmica de



empregabilidade, a dinâmica industrial, a dinâmica de atividades económicas no nosso território é por demais uma evidência. Congratulamo-nos com estes extraordinários resultados, resultantes de uma visão estratégica para o território, e os resultados estão à vista.” ---

2 – Revisão Orçamental-----

- **1.ª Revisão ao Orçamento da Receita** -----

- **1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa**-----

- **1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI** -----

- **1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal – PAM** -----

O Sr. Presidente apresentou à Câmara o assunto em epígrafe, a que se refere a informação subscrita pela Chefe da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial, Dra. Andrea Dias, datada de 27 de março de 2019, do seguinte teor:-----

“A 1.ª Revisão ao Orçamento visa a introdução do saldo da gerência anterior nos termos do ponto 8.3.1 do POCAL. O saldo final da gerência, que resulta da diferença entre as importâncias arrecadadas (recebimentos + saldo inicial) e os pagamentos ocorridos no decurso do exercício económico de 2018, encontra-se expresso no mapa de fluxos de caixa de 2018, traduzindo-se no montante de 31.715.362,99 €. -----

Após o apuramento do saldo de gerência anterior e a apreciação e votação da prestação de contas de 2018 pelo órgão deliberativo, o saldo da gerência pode ser utilizado, resultando daí uma revisão orçamental (pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL), que deve respeitar o princípio do equilíbrio orçamental. -----

A Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, define o que é o equilíbrio orçamental, ou seja, as receitas correntes, têm que ser iguais ou



superiores às despesas correntes mais as amortizações médias. Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, vem introduzir mais 2 parágrafos, com a seguinte redação: -----

5 – “...no momento da revisão orçamental para integração do saldo de gerência da execução orçamental, este último releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir”. --

6 – Sem prejuízo dos n.ºs 1 e 2, a parte do saldo de gerência da execução orçamental consignado pode ser incorporada numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas”. -----

Considerando o disposto no artigo 5 da Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro de 2018, a revisão orçamental realizada teve como referência o acima exposto. -----

Revisão Orçamental da Receita -----

Na revisão orçamental em questão, para além da inscrição do saldo orçamental, e para que se obtivesse uma informação mais realista do orçamento, diminuiu-se a dotação das rubricas afetas ao financiamento europeu, que julgamos deter excesso de dotação, face à execução do programa Portugal 2020. -----

Revisão Orçamental da Despesa -----

Reforço da dotação de algumas rubricas. -----

Revisão Orçamental do PAM -----

Reforço da dotação de algumas rubricas e inscrição de novas rubricas. -

Revisão Orçamental do PPI -----

Reforço da dotação de algumas rubricas e inscrição de novos projetos



no PPI.-----

Face ao exposto, para efeitos da demonstração do cumprimento do equilíbrio corrente abaixo evidencia-se o cumprimento do mesmo: -----

Equilíbrio corrente (artigo 40.º do RFALEI):-----

Receitas correntes \geq (Despesa Corrente + Amort. Média de Empr. MLP--

Face ao exposto anteriormente, importa concretizar e analisar, o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, face à despesa corrente máxima suscetível de ser considerada na sequência da revisão orçamental, que é a seguinte: -----

Receita corrente (Dotação Atual)	59.099.317,00 €
Saldo Reforço/Anulações de Receita Corrente	- €
Reforço Despesa Corrente	8.805.417,99 €
Total Receitas Correntes Previstas	67.904.734,99 €
Amortizações médias para 2019	3.052.432,94 €
Máximo Despesa Corrente Prevista para 2019	64.852.302,05 €
Dotação da Despesa Corrente Prevista	55.105.364,01 €

Assim, nos termos da alínea c) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento, em vigor no exercício corrente, fica sujeita à aprovação da Câmara Municipal, bem como da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da referida Lei. -----

À consideração superior.”-----

É do seguinte teor a informação da Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dra. Sónia Azevedo, da mesma data, que instrui a informação supratranscrita:-----



“Face ao exposto, este assunto deve ser presente para aprovação em reunião de Câmara e, posteriormente, à Assembleia Municipal para deliberação.”-----

Instrui também a informação supratranscrita a proposta da vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, Helena Portela, da mesma data, do seguinte teor:-----

“Considerando a informação técnica em anexo, proponho que seja remetida a informação para aprovação à Câmara.-----

Propõe ainda, que o assunto seja submetido, nos termos e para os devidos efeitos legais, à Assembleia Municipal.”-----

Acompanha as informações e a proposta supratranscritas a revisão orçamental em epígrafe - documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -

Interveio a vereadora Lia Ferreira que começou por dizer que, provavelmente por defeito seu, porque não é da área financeira, não consegue perceber alguns dados constantes dos documentos, pelo que solicitava que lhe fosse explicada, nomeadamente, as rubricas que mencionam estudos, pareceres, projetos e consultadoria, que, em alguns casos, foram reforçados em mais do dobro relativamente ao que estava previsto.-----

Disse que outra rubrica refere, outros trabalhos especializados, que desconhece o que sejam, em que estava previsto, por exemplo, uma verba de 65.716,67 € e prevê-se o reforço da verba ficando com 260.716,67 €, pelo que questionava que trabalhos especializados são estes e que estudos são aqueles, acrescentando que é também referido material de transporte, em que estavam previstos 10.000,00 € e, agora,



prevê-se 500.000,00 €. -----

Questionou ainda o porquê de, no Plano Plurianual de Investimentos, estarem só previstos 3.000,00 € para ciclovias em Santa Maria da Feira e, de repente, haver um reforço de 50.000,00 €, questionando, se se quer ser eficiente, porque é que à partida só se previu 3.000,00 € quando se sabe, à partida, que esse valor não dá para nada.-----

A vereadora Lia Ferreira concluiu dizendo que não se consegue compreender esta disparidade de valores, com rubricas tão genéricas, solicitando que, se fosse possível, fosse feito um enquadramento para se perceber melhor a que se refere esta alteração de valores. -----

A vereadora Helena Portela explicou que existe um saldo de gerência de 2018 de 31.715.362,99 €, que tem de ser incorporado, dizendo que, grosso modo, as verbas que se encontravam nas rubricas como não definido, no PAM, passaram a definido, de acordo com o que o Executivo Permanente entende que irá ser necessário, e que já entendeu que seria necessário quando elaborou a proposta do Plano e Orçamento, onde constam como não definido. -----

Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos vereadores Vítor Marques, Helena Portela, Gil Ferreira, António Topa Gomes e Teresa Vieira, aprovar a revisão orçamental em epígrafe e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal. -----

Os vereadores Margarida Gariso, António Bastos, Lia Ferreira e Bruno Mota abstiveram-se. -----

Satu a vereadora Teresa Vieira. -----

3 – Alteração ao Mapa de Pessoal 2019 -----



O Sr. Presidente apresentou à Câmara o assunto em epígrafe, a que se refere a informação da Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dra. Sónia Azevedo, datada de 26 de março de 2019, do seguinte teor:-----

“Serve a presente para propor a alteração do mapa de pessoal 2019, face à atualização do mesmo, em virtude da conclusão de procedimentos de regularização extraordinária de precários, bem como, da previsão de novos postos de trabalho em algumas Unidades Orgânicas, conforme indicação superior.-----

Face ao exposto e tendo em conta os elementos mencionados, cabe ao executivo decidir.”-----

Instrui a informação supratranscrita a proposta da vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, Helena Portela, da mesma data, do seguinte teor:-----

“Proponho à Câmara a aprovação da alteração do mapa de pessoal 2019, anexa, submetendo-a, nos termos e para os devidos efeitos legais, à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a informação acima mencionada.”-----

Acompanham a informação e a proposta supratranscritas o mapa de pessoal a que as mesmas se referem – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – bem como as respetivas informações de compromisso da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial.-----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos vereadores Vítor Marques, Helena Portela, Gil Ferreira e António Topa Gomes, aprovar a proposta



supratranscrita. -----

Os vereadores Margarida Gariso, António Bastos, Lia Ferreira e Bruno Mota abstiveram-se. -----

Reentrou a vereadora Teresa Vieira. -----

4 – Relatório e Contas 2018 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.

O Sr. Presidente apresentou à Câmara, para conhecimento, o Relatório de Gestão e Contas de 2018 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – referindo que se encontra presente na sala da reunião o Diretor-Geral da Empresa Municipal para o caso de algum dos Srs. Vereadores pretender alguma explicação mais aprofundada. -----

O vereador Bruno Mota interveio referindo que, antes de uma apreciação que irá fazer ao documento, queria pedir dois esclarecimentos. -----

Referiu que consta, no documento, uma ação judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com um valor de quase 800 mil euros, dizendo que é praticamente 50% do valor do subsídio à exploração, e que, devido ao elevado valor, parece, aos vereadores do Partido Socialista, de especial relevância, não sendo a informação muito clara. - Perguntou também se há alguma justificação aparente para a diminuição acentuada das receitas do Cineteatro António Lamoso. -----

O Sr. Presidente deu a palavra ao vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, Gil Ferreira, que esclareceu que a diminuição de receitas do Cineteatro António Lamoso se deve, essencialmente, a uma diminuição de atividades com entrada paga, que



afeta, naturalmente, o volume da receita da bilheteira. Informou que a taxa de ocupação anual foi de 62% em 2017, passando para 64% em 2018, dizendo assim que, em termos de públicos, é um bom cenário, mas que houve menos receita de bilheteira pura, porque não só se reduziu a cadência da programação como também houve menos espetáculos com recurso a bilheteira paga. -----

Sobre a ação judicial, o Sr. Presidente esclareceu tratar-se de uma ação judicial contra o Fisco, cujo processo tem já 7 ou 8 anos. Disse que ele próprio é verdadeiramente crítico da inspeção da Autoridade Tributária de Aveiro, que considerou que o subsídio à exploração estava sujeito a IVA, comentando que foi a única Autoridade Tributária do País que fez semelhante leitura da lei. -----

Disse que, posteriormente, houve uma clarificação do Governo de que o subsídio à exploração não estava sujeito a tributação em sede de IVA, mas que a verdade é que tinham sido retidos mais de 600 mil euros de verbas de IVA, que nunca foram devolvidos. -----

Disse também que, quando foi eleito Presidente da Câmara, procurou inteirar-se da situação, tendo sido enviados diversos ofícios a solicitar a devolução, os quais nunca obtiveram resposta clara, e que, a certa altura, solicitou uma audiência ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, na altura o Prof.º Rocha Andrade, que foi cordialíssimo, mas que lhe transmitiu que tinha informação da Direção-Geral dos Impostos de que já tinha prescrito o direito ao reembolso.-----

Referiu que, na altura, disse ao Sr. Secretário de Estado que estavam em causa receitas da Feira Viva, que foram retidas e que se comprovou que a Autoridade Tributária não tinha direito a elas, tendo o Sr.



Secretário de Estado reafirmado que a informação que tinha da Direção-Geral dos Impostos era que estava prescrito, pelo que a Feira Viva não teria direito ao reembolso. -----

O Sr. Presidente finalizou dizendo que, logo na altura, disse ao Sr. Secretário de Estado que a Feira Viva iria intentar uma ação em Tribunal contra o Estado, porque entendia ter direito ao reembolso do capital, acrescido dos juros correspondentes, reafirmando que, de facto, o Estado apropriou-se de uma verba que é da Feira Viva. -----

Após os esclarecimentos prestados, o vereador Bruno Mota fez a seguinte intervenção – passo a citar:-----

“Ponto n.º 1, sobre o que nos evidencia. Falta de investimento da Câmara Municipal nas infraestruturas dos equipamentos entregues à gestão do Feira Viva, e que levam a que a cada ano os mesmos estão mais degradados, com piores condições de utilização, com menos possibilidades de implementação de novas valências que permitem melhorar a sua rentabilidade, para além do aumento das despesas de manutenção. -----

Ponto n.º 2. Verificamos que os resultados operacionais são de 26.237,00 €, e tendo o subsídio da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira subido em relação ao ano anterior 52.000,00 €, conclui-se então que, se não fosse esse aumento, teríamos um resultado anual negativo. -----

O total do passivo foi de 1.695.000,00 €. A transferência da Câmara Municipal foi de 1.761.000,00 €, valor que é superior a todo o passivo e lucro da empresa de 8.000,00 €, onde se conclui que temos uma empresa municipal que pagamos mais do que todo o passivo e lucro da



empresa. -----

Se dividirmos o subsídio da Câmara da Feira à Feira Viva por dia, portanto, dividir por 365 dias é uma conta matemática fácil, dá um módico valor de quase 5.000,00 € por dia, o valor da transferência da Câmara para a Feira Viva. -----

Último ponto. Tal como já referimos aquando da discussão do contrato-programa, para verdadeiramente se medir que os resultados são alcançados, devem existir metas iniciais como indicadores, de forma a tornarem mensuráveis os resultados a atingir em cada ano pela empresa municipal, de forma a melhorar o seu desempenho para garantir o aumento das receitas das atividades desenvolvidas.-----

O passivo, em 2018, apenas foi reduzido em 4.400,00 €. Acreditamos que pode ser feito um maior esforço e ser melhorado este valor” – fim de citação. -----

O Sr. Presidente, face à intervenção do vereador Bruno Mota, disse que acha que se continua a confundir passivos com dívidas, resultados com subsídios, e há coisas que, de facto, não se devem misturar, porque não são misturáveis. -----

Disse que a Feira Viva tem um volume de negócios superior a 4 milhões de euros, o subsídio à exploração resulta de atividades que a empresa desenvolve e que, por razões sociais, se entende que não devem ter um determinado preço, nomeadamente as das piscinas, que têm uma componente de preço que é subsidiada, senão teria de se aumentar muito os preços. -----

Referiu assim que há todo um trabalho de apoio financeiro, que está devidamente explicado no contrato-programa que é celebrado todos os



anos, que é submetido a Visto do Tribunal de Contas, porque, se assim não fosse, o Município não podia dar o subsídio à exploração, e não se podia ter a Natação Adaptada, não se podia ter muitas outras atividades, assim como não se podia disponibilizar muitos equipamentos para atividades desportivas, como é o caso do Pavilhão da Lavandeira, a preço muito abaixo do custo.-----

O Sr. Presidente concluiu dizendo que há uma componente empresarial na Feira Viva, mas que também há uma componente social das suas atividades, que levam o Município a atribuir o subsídio à exploração, e que pode dizer, por exemplo, que a lei refere que o subsídio não pode ser superior a 50% da receita da empresa, e, neste caso, o subsídio é de 30%, acrescentando que os indicadores, no que diz respeito à autonomia financeira da Feira Viva, são muito favoráveis e que a Feira Viva tem uma atividade de excelência no território, por todos reconhecida.-----

A Câmara tomou conhecimento do documento em epígrafe, dando conhecimento do mesmo à Assembleia Municipal. -----

Assembleia Municipal/Sessão Ordinária de 5 de abril de 2019 -----

A Câmara tomou conhecimento do ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira n.º 3555, de 25 de março de 2019, disponibilizado, oportunamente, a todos os membros da Câmara, conjuntamente com os documentos da reunião, a informar da realização da sessão ordinária daquele órgão em 5 de abril de 2019, pelas 20 horas e 30 minutos.-----

Aprovação do texto das deliberações em minuta -----

Nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Regimento da Câmara Municipal,



foi aprovado, por unanimidade, em minuta, o texto das deliberações tomadas. -----

Nada mais havendo a tratar, às 16 horas e 55 minutos, o Sr. Presidente encerrou a reunião de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Chefe de Gabinete que secretariou a reunião e que a lavrou.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Gabinete,